UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso

Conflito entre israelenses e palestinos ocorrido em novembro de 2012:

visão dos principais semanários brasileiros

Larissa Russo Gonçalves

Pelotas, 2014

LARISSA RUSSO GONÇALVES

Conflito entre israelenses e palestinos ocorrido em novembro de 2012:

visão dos principais semanários brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Mendonça

Pelotas, 2014

Larissa Russo Gonçalves

Conflito entre israelenses e palestinos ocorrido em novembro de 2012: visão dos principais semanários brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, Instituto de Sociologia, Filosofia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

.....
.....

Prof. Dr. .....
(Orientador)

Doutor em ..... pela Universidade
.....

.....
.....

Prof. Dr.
.....

Doutor em ..... pela Universidade
.....

.....
.....

Prof. Dr.
.....

Doutor em ..... pela Universidade
.....

Dedico esta monografia à minha mãe e avó.

Agradecimentos

À minha mãe, pelo amor não representável em palavras.

À minha avó, por todo o apoio e carinho incondicional.

Aos meus amigos, que são amigos na medida mais precisa que existe.

Ao meu orientador, por ser exemplo de idoneidade, retidão e dedicação ao ofício.

Obrigada.

Resumo

GONÇALVES, Larissa Russo. **Conflito entre israelenses e palestinos ocorrido em novembro de 2012:** visão dos principais semanários brasileiros. 2014. 50 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

Esta monografia objetiva investigar a maneira como os semanários brasileiros significam o conflito ocorrido na faixa de gaza entre israelenses e palestinos em meados de novembro do ano de 2012. Portanto, será apresentada uma análise dos discursos dos semanários CartaCapital, Época, Istoé e Veja, a fim de perceber qual o posicionamento destas acerca da dissensão.

Palavras-chave: Conflito; israelenses; palestinos; política

Abstract

GONÇALVES, Larissa Russo. **Conflict occurred between Israelis e Palestinians in the November, 2012:** the view of the main Brazilian weekly magazines. 2014. 60f. Final work for the undergraduation – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

This monograph aims at investigating how the Brazilian weeklies signify the conflict occurred in the Gaza strip between Israelis and Palestinians in the beginning of November, 2012. Therefore, an analysis of the discourses of the weeklies Carta Capital, Época, Istoé and Veja is conducted in order to understand their views about the conflict.

Key-words: Conflict; Israelis; Palestinians; politics

Lista de Figuras

Figura 1 Perda do território palestino 1946 – 2000 14

Figura 2 Quadro comparativo sobre a série de ataques 34

Figura 3 Quadro comparativo sobre as relações dos árabes e israelenses com demais entidades e países 40

Figura 4 Quadro comparativo indicando as causas do cessar-fogo 44

Sumário

1 Introdução 10

2 Considerações acerca do histórico dos povos árabe e judeu 13

2.1 Introdução 13

2.2 Condições de formação do Estado de Israel 13

2.3 Da formação do Estado de Israel até nossos dias 20

2.4 Considerações 23

3 Conceitos teóricos balizadores do trabalho 24

3.1 Introdução 24

3.2 O conflito como constituinte do político 24

3.3 Discurso, antagonismo, hegemonia segundo a corrente pós-fundacional 30

3.4 A ideologia como fenômeno estruturante do social 36

3.5 Considerações 38

4 Análise dos discursos dos semanários brasileiros acerca do conflito árabe-israelense ocorrido em novembro de 2012 39

4.1 Introdução 39

4.2 A série de ataques entre árabes e israelenses 39

4.3 Relação árabe-israelense com outros países 45

4.4 Sobre o cessar-fogo 51

4.5 Analisando os semanários a partir de um viés teórico 54

4.5.1 Considerações 55

5 Considerações finais 57

Referências 59

1 Introdução

Esta monografia tem como ideia motriz investigar quais as significações dadas pelos semanários brasileiros - quais sejam: CartaCapital, Época, Istoé, Veja – ao último conflito ocorrido na faixa de gaza, entre israelenses e palestinos. E, a partir disto, perceber as distintas maneiras como abordam a dissensão, de que lado se posicionam e quais argumentos utilizam para defender suas ideologias. Para tanto, será realizada uma análise do discurso dos referidos semanários.

A desavença entre israelenses e palestinos é datada do período bíblico e perante a esta vastidão de tempo, ocorreram eventos notórios que marcaram a história de ambos os povos. Um deles é a criação do movimento sionista, que visava a fixação de um território judeu na Palestina, intitulada de Terra Prometida. Além deste, diversas guerras – como a Guerra dos Seis Dias e Yom Kippur – contribuíram para a formação do conflito que perdura até hoje e instiga estudiosos de várias áreas.

Ainda que esteja presente em diversos campos da ciência, neste trabalho, a dissensão será abordada a partir de um viés um político, sobretudo o preconizado pelo pós-fundacionalismo, que atribui que o conflito situa-se em um domínio ontologicamente político, pois o momento político é baseado no decisionismo e antagonismo presentes no embate. Levando em consideração tais pressupostos, mostra-se pertinente um estudo deste ciclo de desavenças que parece estar longe de ser encerrado.

A pergunta norteadora da investigação de pesquisa está formulada da seguinte forma: “Quais foram as posições político-ideológicas assumidas pelos semanários brasileiros (Carta Capital, Época, Istoé, Veja) sobre o embate ocorrido entre israelenses e palestinos em novembro de 2012?

Este trabalho assume a tentativa de contribuir para o entendimento ideológico-discursivo dos principais semanários brasileiros acerca do conflito israelo-palestino, fazendo um recorte temporal, ou seja, analisando especificamente a

dissensão que se inicia em meados de novembro de 2012. A série de ataques israelenses à Faixa de Gaza que resultou, inclusive, na morte de Ahmed Jabari, um importante líder do Hamas, por ser um episódio recente, carece de um exame mais aprofundado que permita a reflexão do conflito, em âmbito geral. Tal tema, ao mesmo passo que inova ao analisar um recorte atual do objeto, se propõe colaborar teoricamente para um assunto consagrado e de extrema importância política e social.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o posicionamento das revistas Carta Capital, Época, Istoé e Veja sobre o conflito israelo-palestino ocorrido em meados de novembro do ano de 2012, através da identificação dos discursos utilizados por estas e das diferentes concepções do conflito, de qual dos lados se colocam e das diferentes maneiras que narram o acontecido, identificando, então, os argumentos dos quais se utilizam para defender suas ideologias.

Ao passo que os objetivos específicos deste projeto de pesquisa são:

- Entender especificamente as dissensões entre Israel e Palestina, a partir de um recorte temporal atual que seja suficiente para averiguar a trajetória político-histórica do conflito.

- Identificar, a partir da dissensão ocorrida em novembro, os episódios centrais do conflito abordados pelos semanários.

- Sistematizar os sentidos analisados de cada semanário, de acordo com os principais momentos do embate.

A hipótese geral compreende a sustentação de que cada semanário toma a sua posição ideológico-discursiva perante o conflito como sendo uma verdade totalizante. Deste modo, aduz-se que as revistas CartaCapital, Época e IstoÉ tomam uma posição pró-Palestina. E em contrapartida, o semanário Veja se coloca a favor de Israel.

Em termos metodológicos, o primeiro passo da pesquisa empírica foi o recolhimento das edições das revistas que continham o conteúdo a ser analisado, como reportagens, crônicas e reflexões sobre o embate, entre o período de 11 de novembro de 2012 a 13 de janeiro de 2013. Também foi imprescindível a busca de

material encontrado na seção “internacional” dos sites dos respectivos semanários. Já, em um segundo momento, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos teóricos que nortearam esta pesquisa.

O passo seguinte foi uma segunda revisão bibliográfica, mas agora no sentido de obter maior apropriação acerca dos elementos históricos condizentes a Israel e Palestina, bem como de maneira que se deu essa relação conflituosa desde 2.500 a.C. até atualmente. Pretendeu-se remontar os principais fatos históricos de ambos os povos, como guerras, planos de partilha, a relação que mantêm com os demais países, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos, etc.

Finalmente, a etapa principal da pesquisa consistiu na análise dos discursos dos semanários que foi efetuada após a incorporação dos conceitos teóricos e dos elementos históricos necessários para que se possa compreender o contexto em que a dissensão se desenvolve. A análise dos discursos dos semanários consistiu em perceber o modo como estes vão significando cada evento que acontece ao desenrolar do conflito ocorrido na faixa de gaza.

No que tange ao referencial teórico, este trabalho abarcou conceitos como momento político, guerra, inimigo, os quais são de fundamental importância para um estudo aprofundado da discórdia israelo-palestina. Ao longo da pesquisa, estes conceitos vão sendo desenvolvidos, também são inseridas ideias de outros autores igualmente pertinentes à análise. Também será tratada a teoria do discurso de viés pós-fundacional, como categoria substancial para a efetivação da análise do discurso dos semanários, além da noção de ideologia, antagonismo e discurso contidos neste espectro.

2 Considerações acerca do histórico dos povos árabe e judeu

2.1 Introdução

O presente capítulo visa apresentar uma exposição do panorama histórico dos povos árabe e judeu que ocupam o conflituoso território da Palestina, Israel, bem como a área conhecida amplamente como Faixa de Gaza. Serão apontados fatores históricos que culminaram na criação do Estado de Israel e que, em parte, justificam frequentes embates entre povos que têm uma relação de convivência milenar, mas que, no entanto, pautam a construção de suas próprias identidades em detrimento uma da outra.

Neste sentido, o capítulo está dividido nas seguintes seções. Primeiramente, serão abordados elementos históricos que acarretaram na fundação do Estado de Israel, como o desenvolvimento do sionismo político, movimento a partir do qual o povo judaico constrói discursivamente sua identidade. Além disso, na segunda seção do capítulo, serão discutidos os conflitos entre árabes e judeus, depois da fundação do Estado de Israel, como a Guerra dos Sete dias, do Yom Kipur, dois exemplos de como o território judeu cresceu e o Palestino diminui desde 1949.

2.2 Condições de formação do Estado de Israel

A história do povo israelo-palestino principia em 2.500 a.C. quando os Palestinos eram o povo Filisteu e os Israelenses eram os Hebreus, ambos ocupando a região do Oriente que se situava entre o Líbano, o deserto da Síria e o Mediterrâneo, também conhecida como Palestina, Terra Santa, Filistia ou outros diversos nomes atribuídos a essa área. Os dois povos migraram para o Ocidente em decorrência da destruição de Jerusalém pelos romanos. Os Hebreus migraram para o Egito e lá foram escravizados e os Filisteus se fixaram em uma nova terra. (SOARES, 1989)

Em 1.500 a.C., Moisés liderou o movimento de retorno à Terra Santa. O estabelecimento dos Hebreus no território foi conflituoso e, após sucessivas guerras, os judeus foram expulsos e acabaram se espalhando pelo Mediterrâneo e pela

Europa, episódio conhecido como diáspora judaica (135 d.C.). Sabe-se que o povo árabe foi o único que sobreviveu a todos os conflitos e tentativas de dominação sem precisar se retirar do território. (SOARES, 1989)

Denota-se a importância da análise do sionismo político, movimento nacionalista moderno o qual objetiva a instauração de um Lar Nacional Judeu e, tem seu início, como uma resposta às organizações anti-semitas que vinham se formando ao longo do século XX. O sionismo político é fundado por Theodore Herzl, em 1897 e visou a instauração de um lar propriamente judeu na Palestina, lugar que os judeus entendiam como seu de direito por questões histórico-religiosas. No mesmo ano, Herzl promoveu o primeiro Congresso Sionista Mundial, de onde surgiu, inclusive, a Organização Sionista Mundial. No referido Congresso, foram discutidos os objetivos do sionismo. Alguns deles seguem abaixo:

> O sionismo tem por finalidade um lar nacional legalmente garantido e publicamente reconhecido para o povo judeu na Palestina. Para realizar este objetivo, o Congresso tem em vista os métodos que seguem:
>
> 1.º Encorajamento da colonização na Palestina por agricultores, camponeses e artesãos;
>
> 2.º Organização do conjunto do judaísmo em corpos constituídos ao plano local e geral, de acordo com as leis dos respectivos países;
>
> 3.º Reforço do sentimento nacional judaico e da consciência nacional;
>
> 4.º Aplicação dos meios necessários para obter o consentimento dos governos susceptíveis de favorecer a realização dos objetivos do sionismo. (FRANCK; HERSZLIKOWICZ. Apud. CHEMERIS, 2002, p. 26).

O Fundo Nacional Judaico foi criado em 1901 com o objetivo de fomentar arrecadações para compra de terras que seriam propriedades inalienáveis dos judeus. Este Fundo pode ser visto como uma estratégia econômica para estimular o processo de colonização. Logo após a criação do Fundo, a Grã-Bretanha propôs aos sionistas, fixação de residência na Península do Sinai e, posteriormente, no Quênia, ambas as propostas teriam sido recusadas por parte dos judeus. Sabe-se, a partir disto, que no VII Congresso Sionista Mundial, *post-mortem* de Herzl, foi estabelecido que a colonização sionista desenvolver-se-ia obrigatoriamente na Palestina. (GOMES, 2001)

Um passo importante para a concretização do movimento sionista foi quando, em 1917, o governo britânico oficializou seu apoio à causa sionista estabelecendo um Lar Nacional judeu na Palestina. Esta seria conhecida posteriormente como Declaração Balfour, comunicada pelo Lord Arthur Balfour, o chanceler britânico, que salientava a importância da instauração de um Lar judeu que não interferisse em larga medida na organização do povo árabe que ali habitava anteriormente. (CHEMERIS, 2002).

Paralelamente ao prelúdio da colonização sionista na Palestina surgiu o movimento nacionalista árabe, quando a Palestina ainda estava sob controle do Império Otomano. Neste momento, aconteceram os primeiros embates diretos entre o movimento de colonização sionista e o movimento nacionalista árabe, pois os árabes que, anteriormente não se opunham à ocupação judia da Palestina, começaram a rebelar-se contra os judeus que vinham adquirindo muitas terras com o apoio do Fundo Nacional Judeu. Com o lançamento do slogan “Trabalho Hebreu”, em 1910, a dissensão ampliou-se também para a disputa de empregos entre árabes e judeus. (GOMES, 2001).

Torna-se pertinente esclarecer que, conforme aponta Chemeris (2002), em meados a Primeira Guerra Mundial, o Oriente Médio era uma região de grande visibilidade no cenário mundial justamente pela vultosa quantidade de Petróleo advinda da região. Deste modo, uma possível unificação dos povos árabes, como pretendido por eles, tornava-se cada vez mais distante, pois para a Grã-Bretanha era mais vantajoso descentralizar o poder árabe da região. O apoio à causa judia mostra-se como um demarcador deste objetivo.

Com o término da Primeira Guerra e a fixação do Tratado de Versalhes, ficou determinado que caberia à França o domínio da Síria e do Líbano e à Grã-Bretanha, seria responsável pela Palestina e pelo Iraque. O panorama geral do Oriente Médio neste momento apontava para uma cisão entre os povos árabes, os quais estavam desenvolvendo um forte nacionalismo, em contraposição aos judeus ocidentais que fixavam residência na Palestina e se apresentavam como um obstáculo aos árabes. (CHEMERIS, 2002)

Para autores como Alain Gresh (2002) o conflito principia com as dissensões ocorridas em função das tentativas de fixação de fronteiras advindas da

ocupação de Jerusalém pela Grã-Bretanha em 1917 e, posteriormente, a instauração do mandato britânico na Palestina em 1922. Deste período até 1939, a Grã-Bretanha favorece fortemente a imigração de judeus para Palestina e a compra de terras financiadas pelo Fundo Nacional Judeu, ocasionando o Yishouv, que é o termo utilizado para caracterizar a comunidade judaica estabelecida na Palestina.

Todo esse processo de apropriação das terras palestinas pela Grã-Bretanha incitou uma revolta árabe liderada por um muçulmano chamado Ezzedine El Qassam, que fazia parte de um movimento de resistência anti-britânico. A revolta se agravou quando, em 1936, foi criado o Alto Comitê Árabe, o qual reúne as forças palestinas, promovendo a organização de guerrilhas e atos de desobediência civil com o ideal de frear a imigração judaica na região. Entre pausas e retomadas ainda mais violentas, a revolta estende-se até 1939 e tem, como resultado, a prisão de 9 mil árabes. (GRESH, 2002)

Importantes movimentos originaram-se nesse período de polarização do Oriente Médio. O primeiro deles é o Pan-islamismo, idealizado pela Irmandade Muçulmana, em 1928, que tinha ideias reformistas e pregava a unificação ideológica de todos os Estados Islâmicos, sendo eles árabes ou não. O pan-arabismo intencionava a criação de um Estado árabe que comungasse da mesma língua e dos mesmos ideais nacionalistas. Sabe-se que as lideranças franco-britânicas juntamente com as dinastias existentes no Oriente Médio impossibilitaram a difusão do pan-arabismo. Contudo, o agrupamento contra o domínio ocidental da região continuava crescente. (CHEMERIS, 2002)

> Enquanto o pan-arabismo fazia ressurgir um forte nacionalismo árabe em todo o Oriente Médio e o pan-islamismo legitimava o repúdio à formação de um Estado fundamentado nas leis do Judaísmo e, igualmente, reprovava com veemência a vinda em massa de ocidentais para a Palestina, o colonialismo dos judeus sionistas objetivava, por meios ilegais, a retirada dos árabes nativos da Palestina. (CHEMERIS, 2002, p. 52)

O colonialismo sionista foi um fenômeno com características distintas do colonialismo europeu como um todo; este era mais direcionado à exploração das colônias para fins econômicos, extração de matéria prima, por exemplo, ao passo que aquele visava, para além dos objetivos econômicos, a fixação de uma identidade nacional galgada em princípios judaicos. Outra diferença fundamental é que os colonizadores europeus, em geral, contavam com a possibilidade da

anulação de forças locais opositoras, através do auxílio de países tidos como “imperialistas”, enquanto os colonizadores sionistas, por longo tempo, não obtiveram apoio externo significativo. (CHEMERIS, 2002).

> Segundo Fayes Sayegh, nos princípios da Primeira Guerra Mundial (1914), os sionistas não passavam de uma minoria, representando 1% da população judia do mundo. De acordo com o autor, as atividades sionistas suscitavam o receio e a oposição dos outros judeus, que procuravam a solução do “problema judeu” na “assimilação” na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, e não na “auto-segregação” na Palestina. A colonização sionista, por esse motivo, teria progredido muito lentamente. Depois de trinta anos de imigração para a Palestina (1882-1912), os judeus não chegariam a representar 8% da população total do país, ocupando apenas 2,5% das terras. Enfim, o sionismo não tinha logrado obter o apoio político nem das autoridades otomanas, que controlavam a Palestina, nem de qualquer outra potência européia. (SAYEGH apud. CHEMERIS, 2002, p. 56)

Mesmo que durante longo período de tempo os judeus não demonstrassem um número populacional expressivo comparado ao do povo árabe, este panorama modificou-se a partir de 1917, com a instauração da acima mencionada Declaração de Balfour. Desde então, a população judia na Palestina foi aumentando a ponto de incitar as primeiras revoltas árabes contra os colonizadores judeus. Em 1937, a rivalidade entre judeus e árabes mostrava-se tão intensa que a Grã-Bretanha cogitou cindir o território da Palestina em um estado árabe e outro judeu. (CHEMERIS, 2002).

Em 1939, foi publicado oficialmente um Livro Branco, por parte da Grã-Bretanha, restringindo a imigração judia em setenta e cinco mil pessoas ao decorrer de cinco anos para que os judeus não excedessem o contingente de um terço de habitantes da Palestina. E, ainda, após 1944, o número de judeus no território não poderia sobressair-se ao índice demográfico árabe. (CHEMERIS, 2002).

Sabe-se pela análise de Chemeris (2002), que as diretrizes contidas no Livro Branco não foram cumpridas à risca, visto que, a partir da emergência da Segunda Guerra Mundial, elevou-se o nível de imigração ilegal. Neste período, eclodiram movimentos armados, como o Irgun e o Stern, com a intenção de dizimar o povo árabe e minimizar o controle da Grã-Bretanha sobre a Palestina. O movimento colonizador judeu foi crescendo a ponto de criar uma autonomia que possibilitou a renúncia do apoio britânico.

A coesão entre sionistas era crescente em 1949, com o grande número de judeus que migraram para a Palestina e estavam engajados na construção de uma identidade política que culminasse na criação de um Estado para os judeus, pois a conquista judia neste momento, antes de ter sido a criação de um Estado, baseava-se no estabelecimento de um “Lar Nacional”, o que não está propriamente relacionado com a ideia de federação. Deste modo, os judeus julgaram necessário buscar um apoio internacional mais incisivo.

Neste panorama, os Estados Unidos, como país vitorioso da Segunda Grande Guerra, apresentava-se como promissor aliado da tentativa de concretização do Estado propriamente judeu. Como aponta Gomes (2001), a primeira estratégia de cooptação consistia no incentivo da migração de sionistas americanos, fornecendo-lhes, inclusive, posições prestigiadas na sociedade. A segunda medida, mais contundente, era a busca por apoio direto da opinião pública e do governo americano.

Por conseguinte, no ano de 1942, aconteceu uma conferência em um hotel situado em Nova Iorque, chamado Hotel Biltmore, onde foi lançado o Programa Biltmore, que viria a unificar boa parcela da comunidade sionista mundial e consubstanciava o objetivo de instaurar um Estado judeu democrático na Palestina. Este Programa preconizava um ideário mais incisivo, percebendo a importância da tomada de ações mais imediatistas como, por exemplo, a propulsão da imigração em massa de americanos para a Palestina, bem como a noção de que a parcela judia da população que se concentrava na Palestina deveria dominar toda a extensão do referido território. Posteriormente, em uma nova conferência realizada em 1946, foi acordado que os judeus concordariam, desde que tendo total apoio dos EUA, em fixar um Estado em apenas uma parte do território da Palestina. (GOMES, 2001)

Pode-se dizer que as estratégias da comunidade judaica para lograr apoio americano foram bem consolidadas no que tange a opinião pública formada nos EUA em se tratando de apoio à causa sionista. O sionismo nos Estados Unidos alcançou largo apoio tanto de judeus, como de não-judeus, os quais simpatizavam com a ideia de que o judaísmo deveria estender-se de religião para nacionalidade. Aqueles que não coadunavam com os ideais sionistas já se demonstravam como

minoria em meados de 1946 e, de alguma forma, foram silenciados pelas lideranças sionistas. A chancela americana às causas sionistas ampliou-se em dimensões tais que membros do Congresso americano eram eleitos para corroborar legislativamente o apoio ao movimento. (GOMES, 2001)

A propagação do sionismo no cenário americano foi importante para promover negociações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha no sentido de impulsionar o desenvolvimento de um Estado judeu que fosse capaz de abrigar os judeus refugiados da Alemanha nazista. (GOMES, 2001)

Um fenômeno contraditório ocorrido com os refugiados judeus que sofriam com o nazismo, fez com que parte do movimento sionista perdesse a credibilidade internacionalmente. Foi quando Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, defendeu que os países, em geral, amenizassem suas barreiras de imigração para refugiados judeus, então, mesmo que em um primeiro momento não fosse possível a migração para a Palestina, haveria uma possibilidade de salvaguardar a segurança de milhares de judeus. Ocorreu que os líderes sionistas desaprovaram esta medida, alegando que dispersar o povo judeu pelo mundo não deveria ser uma alternativa a ser considerada, posto que dificultaria a expansão do movimento sionista. Ao passo que a Palestina era vista pelos sionistas como um território de arrecadação, sabendo-se que todo judeu sionista contribuía financeiramente para a implementação de um Estado judeu próspero. Como os judeus refugiados não tinham capital para investir no território palestino, eles foram, de certa forma, impedidos de migrarem para a Palestina. Entende-se que os judeus refugiados foram negligenciados pelos próprios judeus sionistas, porque não lhes foi concedida a oportunidade de imigrar para países europeus, tampouco para a Palestina. (GOMES, 2001)

Em 1947, ocorreram sessões extraordinárias na Assembleia Geral com o objetivo de tratar especificamente da questão Palestina. Em um primeiro momento, a causa dos refugiados judeus foi diretamente vinculada à discussão, o que obstaculizou a até então preponderante proposta de Independência da Palestina. A argumentação árabe em prol da Independência da Palestina consistia no entendimento de que apesar de solidarizarem-se com as penúrias pelas quais passavam os refugiados, os árabes não poderiam ser responsabilizados por algo no

qual eles não tinham influência alguma. Outro ponto defendido foi de que a despeito de o número de imigrantes judeus na Palestina ter crescido alarmantemente, o povo árabe continuava a representar 70% da população palestina, o que culminava em uma identidade árabe em hegemonia na região. (GOMES, 2001)

A tese judia para a instauração de um Estado Judeu na Palestina sustentava a premissa da necessidade de um Estado para assimilar os refugiados judeus da Europa juntamente com os imigrantes que haviam se colocado em terras Palestinas anteriormente, formando uma identidade judaica nacional. Enquanto a tese árabe preconizava a independência da Palestina, sob o pretexto de que o território em questão era árabe por direito natural, pois os árabes, como acima mencionado, somavam 70% da população na palestina. Também por direito adquirido no decorrer de acordos firmados com outros países ao longo da Primeira e Segunda Guerra. (GOMES, 2001)

Igualmente em 1947, a ONU lançou o Plano de Partilha da Palestina, o qual previa separação do território palestino em uma parcela ao povo judeu, o que ficou definido como Estado de Israel e outra parcela ao povo árabe, enquanto a cidade de Jerusalém ficou designada como território internacional. Embora a população judaica, na época, fosse menos numerosa do que a população árabe, coube a esta uma porção menor no território, fato que serviu para agravar o conflito entre os povos. Os embates entre árabes e israelenses intensificaram-se acarretando na guerra de 1949, a qual desfez a partilha proposta pela ONU, e fez com que a expansão do Estado judaico ocorresse de tal forma que, ainda em 1949, 75% da Palestina estivesse sob o controle de forças israelenses, gerando 900 mil refugiados árabes expulsos de suas terras. (CHEMERIS, 2002).

2.3 Da formação do Estado de Israel até os nossos dias

A fundação do Estado de Israel provocou nos árabes a necessidade de organizar-se politicamente, a fim de promover a delimitação da identidade Palestina, com vistas a refrear o expansionismo judaico na região. Entre os anos de 1956 e 1959 toma espaço no cenário árabe, o movimento Al Fatah, o qual preconizava a Libertação Nacional da Palestina e a contenção da atuação do Estado de Israel. Esta necessidade é uma consequência histórica do plano de Partilha da ONU, que oportunizou aos judeus, o controle majoritário da região, fazendo com que os árabes

que ali habitavam anteriormente, submetessem-se ao predomínio das regras judaicas. (JARDIM, 2003)

A definição da identidade palestina nunca foi algo uníssono, por isso a Autoridade Palestina instituiu, de modo preciso, o que significa ser um palestino. Eis a definição:

> De acordo com a Carta Nacional Palestina, de julho de 1968, são palestinos todos aqueles de nacionalidade árabe que, até 1947, normalmente residiam na Palestina, independentemente de se eles foram expulsos dela ou permaneceram lá. Qualquer um que tenha pai palestino – dentro ou fora do território pleiteado por palestinos – é também palestino, combinando *jus sanguinis* e *jus solis* e subordinando o direito de retorno a um reconhecimento da ascendência e do sangue. Quem é considerado como palestino? Isso pode incluir tanto quanto excluir os judeus que residiam normalmente na Palestina antes do início da invasão sionista. (JARDIM, 2003, p. 239)

Deste modo, reconhece-se palestino, o árabe que habitou o território da Palestina anteriormente ao plano de Partilha da ONU, bem como aquele que tem parentesco sanguíneo com algum palestino. Não obstante esta definição elucidar institucionalmente a identidade do povo palestino, a classificação por autodenominação ainda perpassa esta questão. (JARDIM, 2003) Vê-se, com base nisto, a importância de certa fixação da identidade palestina para que haja a possibilidade de ascender uma maior organização tencionando antagonizar o Estado de Israel que estabelecia algum nível de hegemonia na região.

As fronteiras antagônicas foram agravando-se com o passar do tempo entre israelenses e palestinos, o que culminou na Guerra dos Seis Dias em 1967, que consistiu em uma estratégia expansionista do Exército de Israel, com a finalidade de, ao fim de seis dias, conquistar a Cisjordânia, as Colinas de Golã, a Faixa de Gaza, Jerusalém e a totalidade do Sinai. (REIS, 2007) Este embate significou uma vitória significativa para o lado israelense, visto que, em menos de uma semana, Israel triplicou territorialmente o seu próprio domínio. Os palestinos reagiram ao ataque, promovendo a ideia de que era necessário retomar o território, utilizando, para tanto, estratégias belicistas.

No feriado judeu de Yom Kippur, em 1973, as forças da Síria e do Egito, com o apoio de nove países árabes, atacaram as fronteiras israelenses com fortes exércitos, elaborados e treinados pela URSS. É necessário salientar que, em âmbito internacional, a Guerra Fria estava em vigência neste período, o que implica ter de levar em consideração a bipolarização instaurada no cenário mundial. Desta forma, Israel, como representante do Ocidente, apoiou os Estados Unidos, enquanto os árabes, representando o Oriente, se colocaram ao lado da URSS, por este motivo receberam apoio bélico das Repúblicas Socialistas. (REIS, 2007)

O enfrentamento direto entre o exército sírio-egípcio ocorreu nas Colinas de Golã. Os sírios contavam com tropas dez vezes maiores do que os israelenses, estes foram intimidados a ponto de acreditarem que perderiam as conquistas territoriais da Guerra dos Seis Dias. Contudo, o exército israelense colocou em combate um batalhão reserva, quando os outros batalhões já estavam derrotados. Tal feito foi primordial para que Israel não só revidasse os ataques advindos do exército sírio-egípcio, como também começasse a articular um contra-ataque em direção da cidade de Damasco. Diante disso, os sírios percebendo que seu ataque não foi exitoso e que, além disso, estavam correndo o risco de terem sua Capital tomada pelos israelenses, preparam estratégias defensivas a fim de que o exército israelense não conseguisse penetrar a cidade de Damasco. Estas estratégias também não obtiveram êxito, porém um cessar-fogo impediu que Israel penetrasse a cidade. (REIS, 2007)

Em um segundo embate direto entre o exército sírio-egípcio e as forças israelenses, repetiu-se, em termos gerais, o já ocorrido na primeira batalha. O exército israelense mostrou-se extremamente fragilizado nos primeiros dias do confronto ocorrido ao longo do Canal de Suez. Então, a iminente possibilidade de derrota fez com que os israelenses adotassem uma estratégia mais audaciosa, optando por um ataque surpresa contra o Exército inimigo, invadindo suas linhas de suprimentos e postos de mísseis antiaéreos. (REIS, 2007) O referido plano de guerra causou no Egito e na Síria, a condição de aceitar o cessar-fogo.

Como consequência destas principais dissensões no cenário árabe-israelense, o território da Palestina passou por uma série de transformações ao

longo do tempo, essas guerras de divisão territorial são fenômenos importantes para o esclarecimento do arranjo geopolítico de ambos os povos.

Figura 1 – Perda do território palestino 1946 - 2000

Fonte: https://socioecohistory.wordpress.com/2010/06/09/palestinian-loss-of-land-1946-2000/

Na figura 1 é possível visualizar as mudanças sofridas no território da Palestina e Israel desde 1946, antes da formação do Estado de Israel até os anos 2000, após a sucessão de diversas disputas entre israelenses e palestinos. Pode-se perceber que o território de maioria árabe até meados do século XIX, cedeu lugar ao domínio quase que hegemônico do Estado de Israel.

2.4 Considerações

Sabe-se que, desde a criação do Estado de Israel, o ambiente conflituoso entre árabes e judeus intensificou-se a ponto de ambos os povos estarem em situação constante de sérios e longos embates até os dias atuais. Dito isso, o presente capítulo objetivou apresentar um sucinto panorama dissertando sobre os principais aspectos históricos que serão pertinentes para uma posterior explanação acerca do duradouro confronto israelo-palestino.

3 Conceitos teóricos balizadores do trabalho

3.1 Introdução

Este capítulo tem como finalidade abordar o arcabouço teórico condizente à noção de conflito, o qual, segundo perspectiva pós-estruturalista, está amalgamado ao âmbito político. Aproveitar-se-á o ensejo para elucidar categorias como inimizade e guerra, a fim de complementar a discussão acerca da dissensão israelo-palestina. Por outro lado, com vistas a entender as posições assumidas pelos semanários brasileiros, julga-se pertinente apresentar a noção de discurso e ideologia igualmente de acordo com a teoria pós-estruturalista.

Neste sentido, o capítulo subdivide-se em três seções. Na primeira seção, buscar-se-á elucidar as noções schmittianas de conflito, inimigo e guerra, com a finalidade de expor como "o político" em Carl Schmitt é necessariamente ligado à noção de conflito. Enquanto na segunda seção, serão expostos os principais conceitos teóricos correspondentes à corrente da teoria do discurso pós-fundacionalista, acerca da concepção e categorias como discurso, antagonismo e hegemonia. Por fim, este trabalho terá uma seção dedicada à discussão do conceito de ideologia, a fim de entender como os semanários se posicionam e afirmam suas verdades parciais.

3.2 O conflito como elemento constituinte do político

A obra predominantemente utilizada para aclarar a questão do conflito chama-se "O Conceito do Político", escrita por Carl Schmitt, momento em que é defendida a ideia de estabelecer um espaço autônomo do político, o qual consiste em um âmbito de decisões a serem tomadas na esfera particular do agir político, estando esta, sobretudo, livre de moralidades e esteticismos. Percebe-se, diante do exposto, a necessidade de um "Estado forte", centralizador que seja capaz de garantir a autonomia do âmbito político, por isto a concepção do político em Schmitt está arraigada à soberania estatal e contra ao liberalismo moderno.

Desta maneira, na visão de Schmitt (1992), o político afasta-se de questões morais, como mencionado anteriormente, assumindo para si um critério próprio, que o diferencia das demais esferas, qual seja: o critério de distinção entre amigo-inimigo. Preceito este que torna possível a verificação de processos que reúnem um grupo em detrimento de outro que será considerado o inimigo, com quem um confronto é iminente. O conflito, dentro deste panorama, é um caso extremo, uma declaração de hostilidade, a ser decidida pelos responsáveis do agir político, mas que deve ocorrer sempre que o inimigo se coloque como a "negação da existência" de determinado povo.

Segundo Ferreira (2002), a identificação da inimizade se constitui como uma forma de produzir conhecimento. Identificar nos fenômenos estudados, o critério de distinção amigo-inimigo e ainda a maneira como ele se estabelece, expressa um processo epistemológico de construção. Deste modo, o reconhecimento do político a partir do critério da inimizade, faz do inimigo um "objeto do pensamento" contra quem se realiza uma construção teórica. No caso de Schmitt, este inimigo teórico era o liberalismo, o qual, segundo o autor, enfraquecia a atuação das instituições estatais, fragilizando a soberania do Estado e, por conseguinte, enfraquecendo a autonomia do político.

O inimigo, neste espectro, não necessariamente é definido a partir de uma racionalidade econômica, como prevê o liberalismo, que faz do inimigo um mero "concorrente". Antes disso, o inimigo manifesta-se como uma ameaça iminente de extermínio, ele é existencialmente um ser que deve ser dizimado por representar a própria extinção de quem o antagoniza. O autor em questão salienta que este antagonismo entre amigo e inimigo é algo dado socialmente, não sendo pertinente qualquer explanação acerca de idealizações de uma realidade sem este critério fundamental ou onde não pudesse ser visualizado qualquer tipo de antagonismo. SCHMITT (1992)

> O inimigo, portanto, não é o concorrente ou o adversário em geral. O inimigo também não é o adversário particular, que odiamos por sentimentos de antipatia. Inimigo é um conjunto de homens, pelo menos eventualmente, isto é, segundo a possibilidade real, combatente, que se contrapõe a um conjunto semelhante. Inimigo é apenas o inimigo público, pois tudo que se

> refere a um conjunto de homens, especialmente a um povo inteiro, torna-se, por isto, público. (SCHMITT, 1992, p. 55)

O sentido do político toma forma, de acordo com esta teoria, na medida em que se afasta da política cotidiana das ações institucionais. Assim sendo, questões partidárias, decisões institucionais e providências tomadas no âmbito da chamada política do dia-a-dia não estão contidas na noção do momento político como o incitador do conflito. O político caracteriza-se, primordialmente, como promovedor de um antagonismo entre agrupamentos de homens, o qual vislumbra como possibilidade extrema, a guerra. É elucidado por Schmitt (1992) que não somente o antagonismo entre Estados é capaz de conduzir a guerra, visto que os antagonismos intra-estatais podem acarretar em guerra civil.

O fenômeno da inimizade é o motivador da guerra, pois ele exterioriza a negação da plena constituição de povos distintos, por isto, a guerra é a possibilidade extrema da política, pelo motivo de que ela representa a efetivação da inimizade pública. É ressaltada por Schmitt (1992), a dispensabilidade de estar constantemente guerreando, haja vista não percebermos estes antagonismos cotidianamente. Apesar disso, tomando-se como pressuposto de que havendo um inimigo, fica evidente a necessidade aniquilá-lo, a guerra se expressa como uma eventualidade real que faz do político esse momento conflituoso. Nas palavras de Schmitt (1992):

> A situação não se coloca, de forma alguma, como se a existência política nada mais fosse que a existência sangrenta, e cada ação política, uma ação militar de guerra, como se, ininterruptamente, cada povo estivesse constantemente confrontado à alternativa amigo ou inimigo, e como se o politicamente correto não residisse justamente no evitar a guerra. A definição aqui fornecida do político não é belicista nem militarista, imperialista ou pacifista. Também não representa a tentativa de colocar a guerra vitoriosa ou a revolução exitosa como 'ideal social', pois a guerra e a revolução não são algo 'ideal', nem 'social'. (SCHMITT, 1992, p. 59)

Diante do exposto, percebe-se que a guerra não é um horizonte a ser seguido impreterivelmente, posto fazer parte de um momento contingencial extremo onde a inimizade realiza-se plenamente. Porém, é imperioso destacar que a possibilidade da guerra como fenômeno político deve ser algo latente para os agrupamentos que

têm seus inimigos definidos, tendo em vista que a guerra é o elemento subjacente à noção da distinção entre amigo-inimigo e, estes princípios, garantem, por si só, a existência do momento político. Assim como a ocorrência da guerra se dá em um momento contingente, em que não há previsibilidade, tampouco relação de causalidade, as relações de inimizade podem acontecer em um momento contingencial, pois um agrupamento amigo pode tornar-se inimigo e vice-versa.

Igualmente, Arditi (2008) reforça essa noção de “não-sobreposição” da guerra ao político em Carl Schmitt, alegando, em um de seus argumentos, que a bem delineada definição de inimigo como inimigo público, é capaz de desfazer um possível equívoco ao analisar a relação entre guerra e conflito na teoria schmittiana. O inimigo público não advém da vida privada ou de desafetos pessoais de indivíduos, ele deve constituir-se como aquele que antagoniza as vontades de toda uma unidade política, comumente configurando-se como um Estado protagonizando a relação de inimizade. Diante disso, a guerra fica explícita como disposição a lutar contra um inimigo compartilhado pelo agrupamento político, não como uma batalha constante e real entre inimigos privados.

Em que pese os princípios econômicos, religiosos, territoriais, morais, etc. sejam, em geral, motivadores de uma guerra, estes se tornam secundários após o início do embate, pois a guerra é um acontecimento preponderantemente político, esfera que não se conecta com as demais citadas acima. Isto porque, todo fenômeno capaz de incitar um antagonismo tal que agrupe sociedades em detrimento de outras, traduz-se em um momento político por excelência, não meramente econômico, religioso ou territorial. (SCHMITT, 1992)

É válido ressaltar que o político não é colocado acima das outras esferas que podem ocasionar um conflito, antes disso, o político é o âmbito em que os agrupamentos são feitos e desfeitos, em torno de um antagonismo. E é neste sentido que as demais arestas tornam-se secundárias, quando ocorre uma dissensão, pois os motivos “estritamente” religiosos, por exemplo, acabam por dar vazão a planejamentos, estratégias, negociações com fins de aniquilamento do inimigo. E, consequentemente, passa-se a levar em consideração a possibilidade extrema da dissensão, que é a guerra. Desde que formada a agremiação com seu

inimigo definido e inicia-se a engendrar meios de dizimação do mesmo, realiza-se a constituição de uma unidade política.

Na visão de Schmitt (1992), o Estado é o principal detentor da capacidade de decisão acerca da declaração de guerra ou não, pois ele possui o "*jus belli*", que significa a potencialidade "de exigir dos que pertencem ao próprio povo prontidão para morrer e para matar, e de matar homens que estejam do lado do inimigo". (SCHMITT, 1992) Por este motivo, o Estado é considerado como a unidade política primordial, pelo fato de a ele ser delegado o uso da força física, a tomada de decisão sobre dizimar o inimigo e quais as estratégias políticas serão utilizadas para tanto. Outra atribuição do Estado é que ele identifique dentro dos limites de seu próprio território, quem pode vir a ser um inimigo interno, uma ameaça de rompimento da unidade política. Nestes casos, deve ocorrer a decisão sobre recorrer ou não à guerra civil.

A essência de um povo enquanto agremiação política consiste no poder de identificação de quem é amigo e, sobretudo, quem se mostra, em um momento contingente, como inimigo existencial. Enquanto um agrupamento possuir esta capacidade, ele existirá politicamente, mas por outro lado, se ele deixa de reconhecer a quem deve ter simpatia e a quem deve aniquilar, deixando que um estrangeiro faça esta distinção por ele, o povo deixa de constituir-se politicamente. (SCHMITT, 1992) Em outras palavras, dentro deste panorama não é facultada a uma sociedade a escolha de identificar povos alheios a partir do critério do político, ela necessariamente terá de realizar este reconhecimento, sob pena de deixar de ser reconhecida como unidade política ou tornar-se subordinada de outros povos politicamente definidos.

A ideia de antagonismo em Schmitt (1992) pressupõe a existência de, ao menos, mais de um Estado, isto porque não é possível estabelecer uma fronteira de inimizade sem haver, pelo menos, duas unidades políticas. Perceba-se, neste ponto, que a negação da existência do inimigo implica igualmente a afirmação de sua existência, pois embora pareça contraditório, é lógico pensar que a um pólo somente é possível a negação de outro pólo, o qual, no caso schmittiano, é o inimigo, desde que ele exista enquanto tal. Esta ideia se expressa em Arditi (2008) na elucidação da noção de "exterior constitutivo", ou seja, uma unidade política constrói a sua

identidade negando a identidade de outrem, a qual realizará o mesmo movimento, disto aduz-se que o inimigo é, ao mesmo, a impossibilidade de constituição de uma identidade plena e possibilidade de construção da identidade. Cada agrupamento político constitui a sua identidade negando a identidade do agrupamento inimigo.

É por este motivo que, segundo Schmitt (1992), um único Estado no mundo governando enquanto unidade política é algo impensável politicamente, pois neste cenário seria impossível a aplicação do critério de distinção entre amigos e inimigos. Excluindo igualmente a hipótese de ocorrência de uma guerra civil dentro deste Estado, caso houvesse, então já configuraria a constituição de um momento político. É necessário que hajam diversos Estados reconhecendo suas relações de amizade e inimizade para que a política aconteça através de unidades políticas que se antagonizam entre si. Neste âmbito, faz-se pertinente a máxima "Quem diz humanidade, pretende enganar":

> A humanidade como tal não pode fazer guerras, pois ela não tem nenhum inimigo, pelo menos neste planeta. O conceito de humanidade exclui o conceito de inimigo, porque também o inimigo não deixa de ser homem e assim não ocorre nenhuma diferença específica. Que guerras possam ser feitas em nome da humanidade não é nenhuma refutação desta verdade singela, e tem, isto sim, apenas um sentido político especialmente intensivo. (SCHMITT, 1992, p. 81)

Portanto, empreende-se com a exposição do trecho acima, que o conceito de humanidade coesa em uma unidade política não é algo plausível para a formação de um fenômeno ontologicamente político, justamente pelo fato de que o significado de humanidade não se conecta a ideia de inimigo por não haver um polo antagônico a ser combatido. E, por isso, reforçando as ideias schmittianas apresentadas até o momento, o lugar da nulidade da distinção amigo-inimigo é o lugar onde não pode haver política.

A preocupação com a existência moral de um governo que seja mantenedor da ordem e que, em caso de exceção, tome medidas cabíveis para a restauração desta ordem, faz de Schmitt, um formalista, segundo Strauss (1995 apud Arditi 2008), pois a tentativa de aniquilamento do inimigo é também a tentativa de afirmação da identidade da unidade política. Mas isso tudo com vistas a manter o *status quo* do que a sociedade era enquanto o conflito não existia. Este argumento

apresenta um endosso de Schmitt à necessidade hobbesiana de um Estado que contenha o ímpeto humano à violência, então seria justificado o estabelecimento de um espaço autônomo do político e, portanto, do conflito, como forma de evitar o alastramento do conflito em outras esferas, o que poderia remeter a um Estado de Natureza em Hobbes configurando em uma falta de ordenamento do social.

O modelo agonista de política é proposto por Mouffe (2005) como um rearranjo do modelo antagônico de Schmitt. Com isso, a autora transpõe o espaço do conflito - com a premissa de que as relações de poder são constituintes do político – para o modelo de democracia liberal. Deste modo, o inimigo se tornaria adversário, o qual disputaria em arenas políticas com regras pré-estabelecidas, amenizando a possibilidade de confronto direto entre agrupamentos.

Denota-se a grande oposição schmittiana ao liberalismo moderno, modelo que, segundo ele, compromete a autonomia do espaço político, pois para Schmitt, pensar em político é o mesmo que pensar em Estado. Levando isto em consideração, a transposição do político para uma democracia liberal não está exatamente de acordo com o legado proposto por Schmitt, pois a criação de uma aresta com regras onde as disputas são estabelecidas é o mesmo que anular a possibilidade extrema da guerra, o que não é desejável se a pretensão for teorizar acerca de conflitos extremos, como é o caso da dissensão árabe-israelense.

3.3 Discurso, antagonismo e hegemonia segundo a corrente pós-fundacionalista

A corrente teórica em que este trabalho se baseia é denominada de pós-fundacionalismo, para a qual não existe um fundamento transcendental, tampouco é possível estabelecer uma verdade plena. (MARCHART, 2007) Partindo da premissa de que a instauração de uma base de estruturação é necessária, em que pese a impossibilidade de se gerar um sentido infinito aos fenômenos sociais, pode-se explanar diversas categorias que dizem respeito ao político, e acima de tudo, corroboram a impossibilidade da total constituição das identidades e discursos.

O pós-estruturalismo defende o caráter material do discurso (LACLAU & MOUFFE, 1985). Discurso é a soma de ações e aspectos linguísticos, sendo impossível distinguir a “prática” do “sentido” a ela atribuído. Portanto, toda ação é

uma prática discursiva: uma prática que se reveste de sentido. Embora a noção mais corrente de discurso o relacione a uma fala, um pronunciamento ou algo que está no campo das palavras, dissociado da aresta das ações, de acordo com este viés teórico, não é possível dissertar sobre o “discursivo” e o “não-discursivo”, pois o discurso não está contido apenas em uma esfera de ideias, a qual não se conecta com a prática, o discurso é o próprio resultado de uma prática articulatória. Nas palavras dos autores:

> In the context of this discussion, we will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice, we will call discourse. (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 105)

Neste sentido, a articulação discursiva é o resultado de uma relação entre elementos linguísticos, isto significa dizer que, em um momento contingente, o qual não tem previsibilidade, nem relação de causalidade, os significados emanados de uma estrutura, articulam-se, o que acaba por formar um discurso. A título de exemplificação, o discurso do fomento ao sionismo político é formado pelos sentidos de que os judeus necessitam de um Lar Nacional, de que este Lar tem de ser a Palestina por ser historicamente a “Terra Prometida”, entre outros significados que articulados acarretam na prática discursiva de apoio ao sionismo.

> Então, não há uma apreensão possível da realidade que não demande constitutivamente uma passagem pelo discurso, pelo sentido, pela inserção de fatos físicos, humanos ou naturais, em sistemas de significação que situem e hierarquizem esses fatos no mundo, e que se articulem ou disputem com outros a estabilização do ser dos objetos que descrevem e situam no mundo. Que os torne acontecimentos fortuitos, necessários, ameaçadores ou desejáveis, decisivos ou banais. Todos esses processos demandam necessariamente a passagem pelo discurso. (BURTITY, 2008, p. 41)

É importante salientar, que o discurso advém de uma estrutura, uma ordem que já está pré-concebida ao sujeito, é possível perceber certa sobreposição da estrutura sobre o sujeito no momento da enunciação de algum sentido, pois este sentido será emanado dentro das regras da linguagem, de acordo com a língua de quem o profere, submetido aos ditames da gramática e fonética específicas desta

língua. Além disso, os sentidos produzidos em um discurso são sentidos construídos socialmente, inseridos em padrões sociais que estão acima de quem os reproduz.

No entanto, a referida estrutura da qual emanam as convenções sociais é dotada de um centro. Conforme a análise de Derrida (2002), o centro é um fundamento que fornece um sentido primordial à estrutura. É algo a partir do qual ela se organiza, pode se apresentar como uma “origem fixa” ou como um ponto de organização e gestão da estrutura. Por exemplo, ao analisar a obra 1984 de George Orwell se percebe uma sociedade socialista onde o fundamento, ou o centro, é o Partido, ele é o responsável por gerir aquela sociedade. E como o Partido assume o papel de essência da sociedade, fica difícil imaginar a instauração de uma ordem distinta. Este é um modo de examinar uma estrutura a partir do viés fundacional.

Sem embargo, na visão do viés teórico pós-fundacional, o centro da estrutura não representa uma certeza absoluta e imutável, ele não representa, sobretudo, a instauração de verdades fixas. De acordo com esta conjuntura, é necessário levar em consideração a falta que toda estrutura sofre ao tentar instituir fundamentos inesgotáveis, por isto, a linguagem, como uma estrutura, lida com uma precariedade constitutiva intrínseca ao movimento de tentar abarcar o intangível.

> But the central feature of language, of the symbolic itself is lacking. Words can never capture the totality of the real, they can never fully represent us. As Lacan points out in Television, language cannot say the whole truth. (STAVRAKAKIS, 1999, p. 52)

Seguindo os preceitos de Stavrakakis (1999), a falta constitutiva do social, ou seja, a impossibilidade de alcançar uma verdade finita gera um desejo de completude que sustenta as ações do sujeito, isto porque lidar com a impossibilidade de fechamento último de sentidos, faz com que os discursos se direcionem à negação desta incapacidade de instauração de significados universais. Esta negação é o que Lacan chama de fantasia, que se trata da promessa de sutura final da falta constitutiva do social. Em outras palavras, a fantasia nada mais é do que a “ilusão” gerada pela promessa de completude.

O discurso, como preconiza Laclau (2002), é o jogo infinito das diferenças, isto pressupõe a abdicação de essencialismos em prol do reconhecimento de que o social é um sistema estrutural falho, pelo motivo de que está constantemente

rodeado por um transbordamento de sentidos, o qual impede um processo de inteligibilidade pleno acerca dos fenômenos. Isto se torna claro ao levar em consideração a constante infinitude de processos a serem “inteligibilizados” e outros tantos que se ressignificam com o passar do tempo, o que obstaculiza a fixação de um sentido uno e transcendental que clarifique a estrutura social plenamente.

É válido ressaltar que a busca permanente pela plenitude, em que pese nunca seja sanada, é imprescindível porque estrutura os discursos, fazendo com que a própria tentativa de totalização jamais se esgote. Por isto que é fundamental o esforço de significar o social, pois uma “fixação relativa” é possível e necessária.

Neste contexto, torna-se possível aduzir que o discurso é fruto de uma prática articulatória, ou seja, é a inter-relação entre palavras e ações que acarretam em uma conduta discursiva. Mas não somente isto, o discurso é emanado através de uma estrutura sempre deficiente em produzir verdades eternas e inesgotáveis, contudo o reconhecimento desta impossibilidade de totalização não acontece por parte do sujeito discursivo. Os discursos pretendem apresentar a verdade em si no plano factual, sem o assentimento de que a “verdade” não passa de um processo parcial de construção de significados.

Afere-se, a partir do explanado até o momento, que os discursos lidam com constantes insucessos em alcançar a plenitude de suas identidades, não conseguem instituir uma verdade que passe a representar plenamente o conteúdo do discurso. O principal fator determinante que impede a fundação completa de uma identidade é o fenômeno de negação, chamado de antagonismo. Em consonância com a corrente teórica pós-fundacional, sabe-se que as identidades constroem-se umas em detrimento das outras, ou seja, a condição de emergência dos discursos já pressupõe a negação do discurso antagonizado.

Então, o antagonismo é uma categoria fundamental para o entendimento da constituição do discurso político, ele está sempre presente no plano ontológico para negar a tentativa de todo discurso atingir a hegemonização absoluta. A noção de antagonismo, em convergência com a teoria de Schmitt, prevê a ideia de conflito, que é a condição intrínseca da política, também a noção de inimigo, como esse Outro que não permite a total constituição do discurso, ele é um empecilho constante. Entretanto, ao passo que o inimigo é quem demarca a impossibilidade de

representação plena de todo discurso, ele também propicia a existência do referido discurso, pois um se constrói a partir da negação do outro. (LACLAU & MOUFFE, 1985)

> Neste cenário, temos um *adversário* em relação ao qual se traça uma fronteira, uma demarcação que cria duas grandes formas de identificação, cria um "nós" ao lado de cá, e cria um "eles" ao lado de lá. E não há como passar essa fronteira e continuarmos sendo "nós", como também não há como vir de lá e continuar sendo "eles". (BURITY, 2008, p.45)

A categoria antagônica é um meio de evidenciar a impossibilidade de objetividade plena do social, ela é externa à sociedade justamente por demarcar os limites dos discursos. O antagonismo ocorre em polos externos uns aos outros, porque a negação da existência deve advir de sistemas distintos de regras, por isso Laclau (1993) elucida o exemplo de que a dinâmica de mercado não é um caso de antagonismo, pois não existe um exterior de negação. Se determinado indivíduo consome mais do que produz, as próprias atitudes dele terão o levado à falência, não existe um inimigo a quem responsabilizar, não há a negação da identidade do agente econômico.

Em síntese, o antagonismo é o demarcador do político, pelo fato de que ele delimita as fronteiras do conflito e, além disto, é o elemento fundamental para a formação de identidades que, necessariamente, são constituídas a partir da negação de outrem. O antagonismo também exerce influência significativa enquanto garantidor da ontologia do político, a qual prevê a impossibilidade de constituição absoluta de verdades permanentes, sugerindo que o social nada mais é do que um instituidor de fundamentos precários e verdades temporárias.

Em consonância com o paradigma da "não-essencialização" dos sentidos, a abordagem do conceito de hegemonia é extremamente importante para o desenvolvimento do arcabouço teórico apresentado até o momento. A hegemonia para Laclau & Mouffe (1985), está diretamente relacionada a dois pressupostos: o primeiro é a articulação de sentidos, o que implica na concatenação de significados que anteriormente estavam dispersos em um campo discursivo, mas que em um momento contingente passaram a formar um encadeamento de sentidos equivalentes. O segundo pressuposto diz respeito à supracitada noção de

antagonismo como a manifestação de fronteiras que colocam em oposição as práticas articulatórias.

A hegemonia, para este espectro teórico, é vista como uma relação política, que tem como ponto de partida a pluralidade dos fenômenos, porém avança até chegar a uma particularidade que atinge, em um momento contingente e precário, a potencialidade de encarnar os sentidos que lhe são incomensuráveis. Em outras palavras, a hegemonia ocorre quando um sentindo se sobressai em uma prática discursiva, tornando-se capaz de representar, precariamente, os outros sentidos contidos na articulação. (LACLAU & MOUFFE, 1985)

Ademais, é válido ressaltar que a formação hegemônica, de acordo com este eixo teórico, nunca se realizará completamente, primeiramente porque o sentido que incorpora o ponto nodal ou ponto hegemônico, não representará a articulação de sentidos eternamente. E, em segundo lugar, porque a existência do antagonismo impede que vislumbremos uma hegemonia total, pelo fato de que é possível identificar dois ou mais discursos antagônicos, o que acarreta em um ponto de hegemonia por discurso.

Após a explanação dos conceitos primordiais para o entendimento da teoria do discurso de viés pós-estruturalista, faz-se apropriada a ilustração sobre como ocorre o esquema de emergência do discurso político. Sendo este caracterizado pela noção de prática articulatória.

Uma estrutura discursiva é construída, primeiramente, em um ambiente contingencial, ou seja, onde não há a necessidade causal dos fenômenos virem a ocorrer. Esta ideia coloca em dúvida a capacidade que o racionalismo incorpora de previsão dos acontecimentos, pois não há uma lógica que explique de maneira fidedigna o motivo das coisas acontecerem. Então, existe a impossibilidade de prever quando um discurso político se formará. Além da contingência como característica geral do processo discursivo, existe também a precariedade constitutiva que é inerente a todas as práticas articulatórias, todos os discursos têm início e fim.

A formação discursiva, segundo Laclau & Mouffe (1985) é uma regularidade que se organiza em meio à dispersão dos sentidos. Deste modo, os significados

dispersos, que não se conectam, são particularidades que dizem respeito à chamada lógica da diferença, a qual alude um campo em que as demandas não se relacionam entre si. Porém, em um dado momento contingente, acontece a articulação dos sentidos e as particularidades vão dando vazão às universalidades. Então, uma demanda que faz parte do processo de articulação fica cindida, uma parte abrange a particularidade ou especificidade e a outra parte articulada guarda espaço para outras demandas, esta tem o nome de “momento”. Faz-se importante ressaltar que a organização das demandas no campo discursivo acontece enquanto articulação propriamente dita, o discurso não pressupõe simplesmente a soma de significados, o processo acontece de maneira mais complexa.

Dentre as demandas articuladas, aquela que conseguir abarcar mais sentidos, e por consequência, se tornar mais universal será designada ponto nodal do discurso. O ponto nodal assume o papel de representante das particularidades articuladas presentes no âmago da formação discursiva. O sentido responsável por simbolizar as demandas estabelece uma relação a qual Laclau (2011) denominará relação hegemônica, a hegemonia, para o autor, jamais será total no sentido de representação plena. Nunca um discurso conseguirá abranger completamente todos os significados nele contidos.

Finalmente, um discurso político se baseia primordialmente na articulação de demandas que até então eram desconexas, mas que em um momento contingente se interligam em detrimento a outro discurso. A formação discursiva não reconhece a sua impossibilidade constitutiva de total de representação, e, portanto, pretende aniquilar o discurso político que se opõe a ela, a fim de ditar plenamente o processo de significação.

3.4 A ideologia como fenômeno estruturante do social

O conceito de ideologia é algo teoricamente elusivo. A origem do termo é datada do século XVIII e era utilizado por teóricos que gostariam de estabelecer uma “arqueologia” das ideias, ou seja, neste âmbito ideologia significava o estudo das ideias. (SOTO, 2012) Sabe-se que, por questões políticas, Napoleão Bonaparte

tornou o termo “ideologia” algo pejorativo, com a intenção de enaltecer aquilo que não estava restrito ao campo das ideias.

Embora o conceito de ideologia seja algo abrangente e varie amplamente de acordo com determinadas perspectivas teóricas, neste trabalho tem-se a pretensão de explanar acerca das contribuições pós-estruturalistas acerca do conceito. A fim de construir sua concepção de ideologia, Laclau (2011) faz menção às ideias marxianas sobre o tema. Para Marx, a ideologia pode ser vista como “nível de totalidade social” e também como “falsa consciência”. O viés teórico que concebe a sociedade a partir de uma “totalidade social” acredita na criação de ideias fundantes, com sentidos plenamente fixados. Para reconhecer uma ordem basta desvendar seu sentido porque ele é único e fixo e está lá para ser descoberto. O marxismo, tomado como exemplo de teoria totalizante, percebia as relações econômicas como um objeto primordial de fundamentação de toda sociedade industrial capitalista.

O panorama teórico marxiano também prevê a ideologia como interligada à noção de falsa consciência, isto é, a ideologia como um véu que encobre a realidade. Assim sendo, o proletariado estaria obstaculizado de dizimar o modo capitalista de produção e, por conseguinte, acabar com a exploração burguesa da mão-de-obra, pelo motivo de que a ideologia se estabelece como impedidora de uma necessária revolução proletária, na medida em que impossibilita a tomada de consciência de classe por parte do proletariado. Laclau (2011) aponta que a noção de falsa consciência, em Marx, também pressupõe uma identidade fixa, pois para aduzir que a consciência de um sujeito é falsa, é necessário apresentar o que seria uma consciência verdadeira ou completa. Nas palavras deste autor:

> A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre do seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre do seu processo de vida diretamente físico. (MARX & ENGELS, 1933/1986, p. 43)

Se formos considerar os preceitos pós-estruturalistas, faz-se necessário expor um rearranjo à positividade que permeia a visão de ideologia como falsa consciência, para então remontar o conceito de ideologia como falsa consciência estruturante. Isto significa que, os agentes sociais estão constantemente em

situação de falsa representação, porque são incansáveis na tentativa de instauração de um discurso totalizante que abarque a infinitude, no limite, impossível. Esta tentativa é fundamental no sentido de que estrutura as ações dos indivíduos. (LACLAU, 2011) A referida estruturação é advinda do fato de que, desde o momento em que não é possível a instituição de um sentido transcendental a um campo discursivo, a "ilusão" de verossimilhança dessa possibilidade faz com que os discursos continuem buscando cingir o intangível e, por consequência, sigam alimentando, de certa forma, a formação de práticas discursivas do social.

> Lo ideológico sería a voluntad de "totalidad" de todo discurso totalizante. Y en la medida en que lo social es imposible sin una certa fijación de sentido, sin el discurso del cierre, lo ideológico debe ser visto como esse objeto imposible: la sociedad. La utopía es la esencia de toda comunicación y de toda práctica social. (LACLAU, 1993)

Após a explanação apresentada até momento é possível apreender que o conceito de ideologia está amalgamado à noção de discurso, pelo fato de que o discurso, entendido *lato sensu* como uma prática significativa, almeja constantemente auferir uma fixação última de sentidos o que, no limite, é impossível, posto que o social é constitutivamente destituído de fundamento último. Neste aspecto, a ideologia mostra-se como instrumento constitutivo do discurso à medida que serve como estruturante da realidade social por fazer com que os discursos continuem "suturando" seus sentidos. (LACLAU, 2002).

3.5 Considerações

O presente capítulo pretendeu abordar primeiramente a questão do conflito como ontologia política, o que permite o entendimento do fenômeno da hostilidade, a partir da distinção do critério amigo-inimigo. Neste âmbito constata-se que o conflito tornou-se estrutural para esta sociedade, ele não é um momento de exceção, antes é o *status quo* das relações entre árabes e israelenses. Em um segundo momento, pretendeu-se aludir as concepções que constituem os pressupostos teóricos pós-estruturalistas, condizentes à teoria do discurso, que são imperiosos para a explanação sobre como os semanários brasileiros articulam os significados visando apresentar uma verdade única e universal, ao passo que, sabe-se, de acordo com a teoria elucidada, que a verdade não passa de um processo parcial de construção de sentidos.

4 Análise dos discursos dos semanários brasileiros acerca do conflito árabe-israelense ocorrido em novembro de 2012

4.1 Introdução

Este capítulo propõe-se a realizar a análise dos discursos dos principais semanários brasileiros acerca do embate entre palestinos e israelenses que ocorreu em meados de novembro de 2012. Portanto, serão apresentadas as dissonâncias de posicionamento dos hebdomadários CartaCapital, Época, Istoé e Veja, bem como a lógica de articulação discursiva de cada revista.

A fim de estruturar a análise, em uma primeira seção do capítulo serão elucidadas as diferentes abordagens dos semanários no que tange a série de ataques entre árabes e israelenses decorridas do conflito. Nas seções seguintes, serão tratadas as especificidades de cada semanário ao narrar temas a intervenção norte-americana no conflito e o cessar-fogo. O capítulo encerra-se com uma seção destinada a abordar aspectos teórico-analíticos do trabalho.

4.2 A série de ataques entre árabes e israelenses

Em reportagem intitulada “Uma guerra na hora certa para Netanyahu?”, publicada em 14 de novembro de 2012, o semanário CartaCapital narra o início de um embate entre árabes e israelenses. Na visão deste hebdomadário, o conflito principia-se com a morte de Ahmed Jabari, principal líder do Hamas, que é o chamado Movimento de Resistência da Palestina, o qual foi atingido por um míssil advindo de Israel. Segundo o semanário, a dissensão iniciada acarretaria no fortalecimento eleitoral de Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense candidato à reeleição no pleito de janeiro de 2012. Tal fortalecimento consistiria em passar ao povo israelense a imagem de um líder “forte”, que defende a identidade de Israel perante os inimigos palestinos.

> O conflito entre Israel e o Hamas não é uma novidade, mas desta vez se dá sob condições novas. Netanyahu terá ganhos a curto prazo, inclusive eleitorais, e manterá Israel "seguro" por conta do armamento infinitamente

> superior. A longo prazo, entretanto, seu governo continua tornando a situação de Israel insustentável: cada vez mais israelenses e palestinos se odeiam e, cada vez mais, o mundo árabe quer ver Israel fora do mapa. (CartaCapital, “Uma guerra na hora certa para Netanyahu?”, 14 de novembro de 2012)

Conforme reportagem publicada no mesmo dia pela revista Época, intitulada “Ataques a Gaza geram crise entre Israel e Egito”, é exposto, em concordância com a CartaCapital, que o preâmbulo do embate se deu a partir da morte de Ahmed Jabari. No entanto, a reportagem enfoca, primordialmente, na relação entre Israel e Egito, que já estava fragilizada após o Egito começar a ser governado por Mohamed Morsi, integrante da Irmandade Muçulmana, grande opositor de Israel, e esta fragilidade agravou-se após os ataques israelenses em Gaza e, sobretudo, após a negação do pedido de negociação do governo egípcio para o embaixador israelense no Cairo.

O semanário IstoÉ, em crônica publicada em 23 de novembro de 2012, com o nome de “Nada justifica essa barbárie”, apresenta uma consonância de argumentação com a CartaCapital, corroborando o início do conflito com a morte de Ahmed Jabari em 14 de novembro. E, além disto, acredita que a dissensão seria uma jogada eleitoral de Netanyahu.

> O ataque foi interpretado como uma tentativa do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, de consolidar sua base de apoio político, principalmente nas cidades que fazem fronteira com Gaza, ao enfraquecer a infraestrutura do Hamas em mais uma demonstração de seu poder bélico. Os líderes do movimento islâmico disseram, naquele momento, que a ação “abriu as portas do inferno” e novos ataques se seguiram – prontamente respondidos, com violência maior, pelos israelenses. (Istoé, “Nada justifica essa barbárie”, 23 de novembro de 2012)

O princípio da dissensão é representado pelo semanário Veja, a partir da morte de quatro soldados israelenses atingidos por um morteiro advindo da Palestina, a morte de Ahmed Jabari seria apenas uma tentativa de revidar o ocorrido. Além disto, o argumento vai ao encontro da reflexão do seminário Época sobre não ser vantajoso, de maneira geral, entrar em guerra em um momento de debilidade de relacionamento com o Egito, o que poderia intensificar os conflitos com os egípcios e dizimar com seu acordo de paz firmado em 1979.

Sobre o confronto direto entre israelenses e palestinos, o semanário CartaCapital apresenta em notícias dos dias 19, 20 e 21 de novembro os efeitos da chamada “ofensiva militar israelense” em Gaza. Deste modo, foi contabilizado o número de palestinos mortos, totalizando noventa vítimas em seis dias. Na reportagem “Ataques israelenses matam 13 em Gaza” é elucidado o perfil de alguns palestinos que foram mortos no embate, sendo eles idosos, crianças, adolescentes e famílias que não necessariamente tinham ligação com o Hamas. Ao mesmo tempo, também foi publicada uma reportagem sobre a explosão de um ônibus em Tel Aviv que deixou 21 feridos, porém no artigo não ficou explicitado se o ataque foi de autoria palestina ou, mais especificamente, do Hamas.

A revista Época não difere da CartaCapital ao narrar a explosão do ônibus em Tel Aviv, não deixando claro quem seria o responsável pelo ocorrido. Enquanto isso, na notícia “Israel volta a bombardear Gaza durante a madrugada”, do dia 21 de novembro, o semanário evidencia os principais pontos de estratégia do ataque israelense em Gaza, são eles: o ataque a um esconderijo militar utilizado como ponto de comunicação entre autoridades do Hamas, locais de lançamento de foguetes, centros de inteligência, os locais onde se concentrava o aporte bélico da Palestina e demais pontos considerados por Israel como “ameaças terroristas”.

Em reportagem denominada “Cotidiano na Faixa de Gaza é estar atento a até 20 sirenes por dia, dizem brasileiros”, publicada dia 20 de novembro, o semanário IstoÉ destaca o cotidiano das pessoas que vivem ao redor da zona de conflito, mostrando depoimentos de brasileiros que residem neste lugares e que, muitas vezes, precisam se mudar temporariamente para o norte de Israel, onde o conflito é mais ameno. Além disto, consta na reportagem que a legislação de Israel prevê que todas as residências devem ter um quarto de segurança, o qual deve servir como um meio de proteção contra ataques aéreos.

O semanário Veja narra a primeira sucessão de ataques a partir do bombardeio ocorrido em Tel Aviv, quando dois foguetes sobrevindos da Faixa de Gaza atingiram a cidade de Isarel. Este ataque, segundo o semanário, teve o intuito de revidar a morte de Ahmed Jabari. A segunda reportagem sobre o assunto diz respeito ao foguete lançado pelo Hamas contra Jerusalém, o qual não deixou feridos, mas representou uma atitude incisiva, levando em consideração que

Jerusalém é um lugar geralmente preservado em conflitos. A reportagem que segue, “Em cinco dias, mil foguetes foram disparados contra Israel”, esclarece que a “ofensiva militar”, proposta pelas “milícias palestinas”, desferiu mil foguetes contra Isarel, sendo que trezentos foram derrubados em vôo. Abaixo desta notícia o semanário comenta que um ataque israelense à Faixa de Gaza deixou onze mortos. Sobre a explosão do ônibus em Tel Aviv, a revista Veja publicou a prisão de um árabe-israelense suspeito de efetuar a explosão.

> Também foram presos, segundo a polícia, integrantes do Hamas e da Jihad Islâmica na Cisjordânia sob suspeita de terem recrutado o árabe-israelense para realizar o atentado. A identidade dos suspeitos não foi divulgada, nem o número exato de pessoas sob custódia. O porta-voz da polícia, Micky Rosenfeld, disse que o suspeito informou os palestinos na Cisjordânia quando a bomba já estava no ônibus e eles, então, detonaram o dispositivo com um telefone celular. A investigação ainda está em andamento e outras prisões ainda podem ser efetuadas. (Veja, “Israel detém suspeitos de explodir ônibus em Tel Aviv”, 22 de novembro de 2012)

Acerca do possível ataque contra Jerusalém, o hebdomadário CartaCapital noticia que o foguete disparado pelo Hamas caiu “perto” de Jerusalém, ou seja, nos arredores. E, além disso, que a área alvejada era um lugar desabitado do conjunto de colônias. O semanário esclarece que Jerusalém é um território geralmente preservado de ataques porque é considerado como capital “unificada e indivisível” por parte dos israelenses e, ao mesmo tempo, os palestinos pretendem que a parcela oriental do território torne-se capital da Palestina. A revista Época também noticiou que o foguete caiu sobre as mediações de Jerusalém.

Nos dias que seguiram o início do embate, segundo a CartaCapital a operação israelense intitulada “Pilar de Defesa” alcançou o objetivo de destruir o prédio do governo do Hamas, além de, em uma única noite, bombardear cento e oitenta vezes a Faixa de Gaza. Em reportagem publicada no dia 18 de novembro de 2012, chamada “Israel intensifica ataques e prepara ação terrestre”, o semanário noticiou que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, teria dito “O exército está preparado para intensificar significativamente a operação”, o que significou convocar mais soldados para que se posicionem na fronteira do conflito, causando a impressão da possibilidade de um ataque terrestre.

A partir da manchete “Netanyahu afirma que Exército está preparado para continuar ofensiva”, a revista Época apresenta acontecimentos que se assemelham à notícia acima citada, que foi publicada pela CartaCapital. A Época expõe que o primeiro-ministro colocou trinta mil soldados ao longo da Faixa de Gaza, justificando que a intensificação da ofensiva obedecia ao objetivo de primar pela cidadania israelense. É frisado na notícia o apoio que Netanyahu recebeu de líderes mundiais. Segundo palavras do mesmo “Nas conversas com eles assegurei que fazemos esforços para não causar dano a civis, quando o que fazem o Hamas e os grupos terroristas é exatamente o contrário". Enquanto isso, o semanário IstoÉ não publicou material acerca da intensificação das estratégias militares israelenses.

A respeito da possível ofensiva terrestre por parte de Israel, sobre a Faixa de Gaza, a revista Veja publicou o comunicado de um grupo fundamentalista xiita, considerado terrorista pelo semanário, chamado Hezbollah. O movimento pronunciou que se Israel invadisse a Faixa de Gaza utilizando as vias terrestres, estaria incorrendo em um grave erro, pelo fato de que o lado palestino teria um contingente humano expressivamente superior ao de Israel. O líder do Hezbollah aconselhou aos líderes árabes que aumentassem o preço do petróleo, com a finalidade de conter os ataques israelenses sobre Gaza. Esta recomendação é vista como uma retaliação ao apoio que o Presidente americano Barack Obama prestou à Benjamin Netanyahu, defendendo o “direito de defesa” de Israel, isto tendo em vista os Estados Unidos serem um país assiduamente comprador de petróleo do Oriente Médio. A elevação do preço do petróleo, segundo o movimento fundamentalista, seria uma estratégia de enfraquecer o relacionamento incondicional entre Israel e Estados Unidos.

COMEÇO DO EMBATE	O marco é a morte de Ahmed Jabari.	CartaCapital, Época e IstoÉ
	O marco é a morte de soldados israelenses.	Veja
CONFRONTO DIRETO	Enfoque na ofensiva israelense.	CartaCapital, Época
	Enfoque na ofensiva árabe.	IstoÉ, Veja
EXPLOSÃO DO ÔNIBUS EM TEL AVIV	Atentado de autoria desconhecida.	CartaCapital, Época
	Prisão de um suspeito árabe-israelense integrante do Hamas.	Veja
	Não se pronunciou.	IstoÉ
ATAQUE À JERUSALÉM	Ataque direto contra Jerusalém.	Veja
	Foguetes foram lançados apenas aos arredores.	CartaCapital, Época
	Não se pronunciou.	IstoÉ
ATAQUE TERRESTRE POR PARTE DE ISRAEL	Israel seria beneficiado com o ataque via terrestre.	CartaCapital, Época
	Palestina seria beneficiada com o ataque.	Veja
	Não se pronunciou.	IstoÉ

Figura 2 - Quadro comparativo sobre a série de ataques

Fonte: elaboração própria com base nas notícias dos semanários.

Pode-se aduzir, a partir do quadro apresentado acima, que acerca do preâmbulo do embate existe um consenso entre os semanários CartaCapital, Época e IstoÉ ao perceber que o marco iniciador da dissensão é a morte de Ahmed Jabari, líder do Hamas. Entretanto, para a revista Veja, o conflito inicia no momento em que os soldados israelenses são mortos por um morteiro advindo da Palestina e a morte de Jabari seria apenas uma resposta ao acontecido.

Em se tratando do confronto direto entre as partes antagonizadas do conflito, os semanários CartaCapital e Época apresentam um número mais vultoso de

notícias evidenciando as ofensivas israelenses sobre a Faixa de Gaza, traçando o perfil dos mortos como pessoas que não estavam ligadas diretamente ao Hamas. Enquanto as revistas IstoÉ e Veja publicaram, em maior quantidade, reportagens destacando os ataques sofridos por Israel ao decorrer da dissensão, expondo o cotidiano dos israelenses que necessitam conviver com as sirenes que avisam de um ataque tocando várias vezes ao dia. Sobre a explosão do ônibus em Tel Aviv, os hebdomadários CartaCapital, Época e Veja se manifestaram sobre o ocorrido, no entanto, os semanários CartaCapital e Época coincidem suas narrativas ao dizer que a autoria do atentado era desconhecida. Ao passo que foi publicado somente na revista Veja, uma notícia anunciando a prisão de um árabe-israelense, suspeito de ter causado a explosão e, além dele, outros integrantes do Hamas na Cisjordânia também foram presos.

Sobre os ataques a Jerusalém, há uma divergência de posicionamentos entre os semanários CartaCapital e Época, estes alegam, em suma, que não dá para considerar que o ataque foi contra Jerusalém, porque os foguetes caíram nas imediações da cidade santa. Enquanto o semanário Veja explicita já na manchete que o ataque foi realmente contra Jerusalém e, por isto, representou uma atitude incisiva das “milícias palestinas”, tendo em vista que o território há muito é preservado em conflitos. A revista IstoÉ não se pronunciou sobre o ocorrido. Já em relação à possibilidade de um ataque terrestre por parte de Israel, a CartaCapital e a Época evidenciaram o grande preparo israelense para avançar sua ofensiva na Faixa de Gaza, mas de modo terrestre. Ao passo que a Veja trouxe uma abordagem distinta, ao frisar, a partir do depoimento de um chefe do Hezbollah, que Israel sairia em desvantagem se atacasse por maneira terrestre, pois a Palestina contaria com um alto contingente de soldados e apoio de outros exércitos árabes.

4.3 Relação árabe-israelense com outros países

Sobre as relações externas que ambas as partes do conflito mantém é evidenciado pelos semanários, de maneira geral, a aliança entre a Palestina e o Egito e a relação de mútuo apoio entre Israel e Estados Unidos. Acerca desta, o semanário CartaCapital demonstra a corroboração do direito de defesa israelense contra o “terrorismo” árabe, por parte dos Estados Unidos.

> O presidente americano, Barack Obama, reiterou nesta sexta-feira o apoio dos Estados Unidos a Israel e ao seu direito de se defender durante uma conversa por telefone com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, sobre a situação em Gaza. (CartaCapital, “Obama conversa com Netanyahu e reitera apoio de Washington”, 17 de novembro de 2012).

As relações do Hamas com os demais movimentos políticos do Oriente Médio são elucidadas em crônica publicada dia 18 de novembro pela revista Época, explanando que o grupo palestino que em outros conflitos era apoiado pela Síria, Irã e Iraque, no embate decorrido em 2012 obteve apoio preponderante do Catar, que passou a financiá-lo. A conclusão da crônica apresenta as dificuldades enfrentadas pelo Hamas em obter uma hegemonia na Palestina, já que o grupo é cindido em diversas correntes, que não necessariamente dialogam entre si.

> Como governo da Faixa de Gaza, o Hamas vê-se hoje diante de responsabilidades e limitações semelhantes às vividas pelo grupo de Mahmoud Abbas, que controla a Cisjordânia. Como Estado reconhecido e democrático, Israel vê-se entre o instinto de vencer uma guerra rapidamente e a necessidade de se comportar como força responsável, merecedora do voto de confiança de um importante, mas ainda pouco presente, ator desse conflito: o recém-reeleito presidente americano, Barack Obama. (Época, “Na nova guerra em Gaza, quem é aliado de quem?”, 15 de novembro de 2012.)

O semanário Época também frisou o apoio que o Presidente norte-americano, Barack Obama, prestou a Israel, argumentando que "Não há país na terra que tolere que uma chuva de mísseis caia sobre seus cidadãos". (Época, “Obama diz que Estados Unidos apoiam direito de defesa de Israel” 18 de novembro de 2012) Porém, o Presidente ressalta a necessidade de instauração de um acordo de paz entre israelenses e palestinos. A revista Veja noticiou da mesma forma o apoio dos Estados Unidos à causa israelense, citando, inclusive a mesma fala de Obama transmitida pelo semanário Época. Contudo, a revista IstoÉ não publicou nenhuma reportagem acerca das relações norte-americanas envolvidas no conflito.

Em 28 de novembro de 2012, a CartaCapital publicou uma reportagem dissertando sobre a reivindicação palestina de se tornar um estado observador da ONU, a manchete da notícia é a seguinte: “Para pressionar Israel, Palestina busca reconhecimento na ONU”. Nesta é salientada a busca palestina por um maior

reconhecimento da comunidade internacional e, para com isto, coibir Israel em seus ataques, forçando os israelenses a negociarem um acordo de paz.

> O governo de Israel é atualmente dominado por políticos de direita e extrema-direita. Em maior ou menor medida, eles se opõem ao Estado palestino e, diante da nova iniciativa, devem bloquear de forma ainda mais intensa qualquer passo em direção a uma negociação. Segundo o jornal Israel Hayom, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e seu ministro das Relações Exteriores, Avigdor Lieberman, planejavam um resposta feroz aos palestinos, mas decidiram reagir com moderação. O governo de Israel conta, no campo diplomático, com o apoio dos Estados Unidos, que já anunciaram voto contrário ao pedido palestino. Para os EUA, a Palestina só pode ser criada por meio de diálogos com Israel. Ocorre que o governo norte-americano nada faz para que esses diálogos sejam retomados. (CartaCapital, "Para pressionar Israel, Palestina busca reconhecimento na ONU", 28 de novembro de 2012)

No dia seguinte ao pedido, foi publicada a vitória da solicitação Palestina, contando com a maioria dos votos, a maior parte dos países aprovou a ideia que a Palestina é um estado-observador da ONU. Isto representa o reconhecimento de um Estado chamado Palestina, localizado no território da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. A CartaCapital entende tal reconhecimento como uma significativa derrota para Israel no cenário internacional. O referido semanário é incisivo ao abordar este fracasso israelense e também da diplomacia dos Estados Unidos na reportagem intitulada "O tabefe na truculência israelense e na diplomacia dos EUA".

> O segundo peso simbólico da decisão é o impressionante isolamento de Israel na comunidade internacional. O fato de o país ter conseguido apenas nove votos, entre eles de cinco Estados-cliente dos Estados Unidos, seu maior aliado, mostra como as políticas recentes do governo de Benjamin Netanyahu serviram para dissolver quase que por completo o pouco apoio que Israel já desfrutava. A votação é um claro recado da comunidade internacional no sentido de que a situação atual não é tolerável. (CartaCapital, "ONU reconhece a Palestina como Estado observador. O que isso muda?" 29 de novembro de 2012)

Como maneira de retaliar a ascensão da Palestina como Estado-observador da ONU, Israel suspendeu o repasse da arrecadação de impostos ao povo palestino, sob a justificativa de que o dinheiro seria utilizado para sanar uma dívida com a

companhia de energia elétrica israelense, segundo noticiado pela CartaCapital. Conforme a visão do semanário, os Estados Unidos não aprovaram esta resposta israelense ao ocorrido, mas isso não anula o fato de o país apoiar Israel como se fosse “uma mula estúpida”. Em reportagem publicada dia 03 de dezembro de 2012, chamada “Os EUA seguem Israel como uma ‘mula estúpida’”, o semanário diz o seguinte: “De inocente, isso já não é segredo faz décadas e décadas, o Tio Sam não tem nada. Apoia Israel com um baita empurrão do lobby judeu. E para vencer eleições todo presidente norte-americano precisa desse dito lobby”. (CartaCapital, “Os EUA seguem Israel como uma ‘mula estúpida’”, 03 de dezembro de 2012)

A revista Época noticiou o pedido palestino à ONU enfocando na busca de aliança entre os países para reiterar ou negar a solicitação. Israel solicitou que os Estados Unidos utilizassem de sua ampla diplomacia para que os países votassem contra a ascensão de um Estado Palestino. Ao passo que os palestinos buscaram alianças que seriam imperiosas para que eles conseguissem o que almejavam. Entretanto, o semanário mostrou que, mesmo tornando-se um Estado-observador na ONU, a Palestina não conseguiria reverter o conflito de maneira hegemônica.

> Hanan Ashraui, um dos representantes da delegação da Palestina, disse que, uma vez aprovado o status, a prioridade será a busca pela reconciliação na região da Faixa de Gaza. Segundo ele, não há a expectativa de que o status modifique a situação atual, envolvendo o cerco israelense, mas é uma sinalização de avanço. (Época, “ONU vota concessão de status de Estado observador para Palestina”, 29 de novembro de 2012).

Sobre a vitória a Organização pela Libertação da Palestina, a revista Época esclareceu o que mudou e o que não mudou a partir do momento em que a Palestina deixou de ser considerada como entidade e passou a ser considerada como Estado. A principal mudança, segundo o semanário, consiste no fato de que a Palestina, enquanto Estado, poderá reclamar as invasões israelenses junto aos Órgãos Internacionais fiscalizadores, o que representa a possibilidade de sancionar Israel por suas ofensivas. O que não mudou é que a Palestina permanece sem poder votar na Assembleia Geral da ONU. (Época, “Palestina vira 'Estado observador' e ganha força diplomática”, 29 de novembro) No que tange a suspensão

do repasse de fundos à Palestina, o semanário Época reproduziu o argumento do Ministro de Finanças israelense, Yuval Steinitz:

> O ministro descreveu o pedido dos palestinos à ONU como sendo uma "provocação", e afirmou que, com o respaldo internacional, o que os palestinos buscam é "conseguir um Estado sem ter de reconhecer Israel, sem (se comprometer) com o desarmamento e sem mecanismos de segurança" para os israelenses. (Época, “Israel suspende repasse de fundos a palestinos após decisão da ONU”, 02 de dezembro de 2012.)

O semanário IstoÉ verificou a satisfação de Mahmud Abbas, Presidente da Palestina, em ascender a Estado observador na ONU, segundo o Chefe de Governo, este seria um importante passo para a Independência da Palestina. Seguem as palavras do Presidente:

> Certamente hoje é um dia histórico. Hoje demos um passo para a independência da Palestina", disse Abbas para diplomatas e jornalistas. Amanhã começaremos a verdadeira guerra. Temos um longo e difícil caminho para percorrer. Não quero omitir a vitória de hoje, mas o caminho pela frente é difícil. Estamos comprometidos em obter nossos direitos através da paz e de negociações e não temos medo de continuar realizando qualquer esforço possível para atingir nosso objetivo de forma pacífica. (IstoÉ, “Abbas celebra votação na ONU e fala em independência da Palestina”, 30 de novembro de 2012)

A Veja não difere dos demais semanários ao abordar o pedido palestino de se tornar Estado observador da ONU, discutindo, inclusive, as sanções que Israel sofreria caso o pedido fosse aceito, pelo motivo de que a Palestina poderia solicitar, junto à Corte de Haia, a punição para Israel pelos crimes de guerra. O semanário não publicou notícias acerca da vitória Palestina.

Abaixo será demonstrado um quadro comparativo entre os principais sentidos emanados dos semanários brasileiros acerca das relações árabe-israelenses com os Estados Unidos. Além disso, quais as significações atribuídas a Palestina tornar-se Estado observador da ONU.

RELAÇÕES DO HAMAS	Desvinculou-se de alguns países do Oriente Médio, mas manteve relações com o Catar.	CartaCapital
	Não se pronunciou.	Época, IstoÉ, Veja
RELAÇÕES ISRAELENSES	Apoio desmedido dos Estados Unidos, o qual trata da importância de um tratado de paz.	CartaCapital, Época, Veja
	Não se pronunciou.	IstoÉ
PALESTINA COMO ESTADO OBSERVADOR DA ONU	Reconhecimento palestino perante a comunidade internacional.	CartaCapital, Época, IstoÉ, Veja
	Israel como o grande prejudicado.	CartaCapital
	Sem maiores modificações nas relações entre árabes e israelenses.	Época
	Palestina galgando a Independência.	IstoÉ

Figura 3 - Quadro comparativo sobre as relações dos árabes e israelenses com demais entidades e países

Fonte: elaboração própria com base nas notícias dos semanários.

O quadro acima mostra que, no que tange as relações externas tanto dos árabes, quanto dos israelenses, os semanários abordam os fatos de maneira relativamente uníssona. Percebe-se um enfoque maior na relação de harmonia entre Estados Unidos e Israel, a qual é retratada pelas revistas CartaCapital, Época e Veja, enquanto a IstoÉ não publicou nada acerca do assunto. E, ao mesmo tempo, as relações entre o Hamas e os países do Oriente Médio é noticiada apenas pelo semanário CartaCapital. Acerca de a Palestina tornar-se Estado Observador da ONU, é unânime entre os semanários que a Palestina tende a ser mais reconhecida no cenário mundial. No entanto, a CartaCapital traz uma perspectiva na qual Israel seria fortemente prejudicado pela acolhida da ONU à Palestina, ao passo que a Época acredita que não existiria mudanças significativas e a Época apresenta a notícia alegando que a Palestina estaria galgando a Independência.

4.4 Sobre o cessar-fogo

O cessar-fogo do conflito entre israelenses e palestinos foi noticiado pelo semanário CartaCapital dia 21 de novembro de 2012, explicitando que a intervenção dos Estados Unidos foi decisiva para que ocorresse a consolidação do cessar fogo que já havia sido negociado há mais tempo.

> De acordo com o escritório do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ele decidiu ouvir a recomendação do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, segundo quem Israel deveria dar uma chance à proposta de cessar-fogo mediada pelo Egito. O escritório de Netanyahu afirmou que ele pretende 'dar uma chance' para a possibilidade de estabilização da situação antes de 'exercer mais força'. (CartaCapital, "Hamas e Israel chegam a acordo para cessar-fogo, 21 de novembro de 2012)

O semanário considera que o Hamas restou vitorioso após a declaração de cessar-fogo, pelo fato de que o movimento político, após o conflito, estaria mais influente entre os palestinos justamente por ter conseguido refrear os ataques, contra Israel, de outros grupos palestinos antagônicos ao Hamas. O primeiro-ministro israelense assentiu o cessar-fogo desde que mais nenhum ataque fosse advindo da Faixa de Gaza. A estratégia esperada dos grupos que desafiavam o Hamas, era o ataque a Israel, para que o dissenso continuasse e o Hamas fosse dizimado pelo exército israelense, o Hamas tendo conseguido impedir os ataques desses inimigos internos, findou o conflito com maior legitimidade na Palestina e vitorioso, segundo a CartaCapital. Outro motivo reside no fato de que Israel teria de amenizar o bloqueio que estabeleceu na Faixa de Gaza anteriormente.

> Pelo acordo firmado, Israel deve cessar todos os ataques por terra, ar e mar contra a Faixa de Gaza, incluindo os "assassinatos cirúrgicos", como o que matou Ahmed Jabari, líder do braço militar do Hamas, na semana passada. Em troca, o Hamas precisa garantir que todos os grupos militantes da Faixa de Gaza parem os ataques na região da fronteira. Não será uma missão fácil. O Hamas e a Jihad Islâmica, segundo grupo mais importante de Gaza, devem parar automaticamente os lançamentos de foguetes, mas o Hamas precisará garantir que outras facções, ainda mais radicais, façam o mesmo.

> (CartaCapital, “Cessar-fogo é vitória do Hamas a curto prazo”, 21 de novembro de 2012)

A revista Época publicou uma reportagem no dia 20 de novembro, intitulada “Presidente do Egito diz que ataques de Israel a Gaza devem acabar nesta terça”, esclarecendo que o Presidente do Egito, Mohamed Morsi, é o principal agente de negociação do cessar-fogo entre árabes e israelenses. Na notícia, também é exposta uma declaração do Hamas impondo suas condições para a implementação do cessar-fogo, pelo motivo de que Israel teria solicitado a trégua, por isso, os israelenses precisariam se adequar.

> Sobre a possível trégua, o líder do Hamas, Khaled Meshaal, disse nesta segunda, em entrevista coletiva no Cairo, que foi Israel que pediu um cessar das hostilidades, e não seu grupo. ‘Quem começou a guerra tem que acabá-la, e a trégua tem que ser feita com nossas condições. Israel deve parar os bombardeios sobre Gaza’, afirmou o líder do Hamas. (Época, “Presidente do Egito diz que ataques de Israel a Gaza devem acabar nesta terça”, 20 de novembro)

A respeito do cessar-fogo, o semanário Época explicitou que o acontecido foi uma conquista para o Hamas, mas o foi igualmente para Israel: “O governo de Israel também tratou o acordo como um êxito. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, defendeu a operação Pilar de Defesa contra o Hamas e disse que a ação militar israelense foi necessária”. (Época, “Cessar-fogo entra em vigor e palestinos comemoram em Gaza”, 21 de novembro). Sobre quais atores mediaram o cessar-fogo, o semanário continua apontando o Egito como principal envolvido.

> Hillary não apresentou detalhes sobre o acordo feito com israelenses e palestinos e enfatizou o papel do Egito nas negociações de paz. "Este é um momento crucial para a região, e o governo do Egito está assumindo um papel de liderança e resposnsabilidade", disse. Segundo a secretária de Estado americana, os ataques de mísseis devem parar, e "a mais ampla calma deve retornar" à região. (Época, “Cessar-fogo entra em vigor e palestinos comemoram em Gaza”, 21 de novembro de 2012.)

A IstoÉ apresenta um ponto de concordância com a revista Época ao noticiar que o Egito foi o principal responsável pela efetivação do acordo de cessar-fogo entre árabes e israelenses. Entretanto, não desconsiderou os esforços americanos

para que as tratativas fossem desenvolvidas, sobretudo, pela influência que o país exerce sobre Israel, incentivando-o a concordar com o cessar-fogo.

> Os esforços do Egito para obter uma trégua permitiram "um acordo sobre um cessar-fogo", disse o chanceler egípcio durante coletiva de imprensa com a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton. O Egito foi, até agora, o principal mediador das partes israelense e árabe. Estados Unidos e Turquia também enviaram representantes, bem como as organizações internacionais ONU e Liga Árabe. (IstoÉ, 21 de novembro de 2012)

A revista Veja igualmente enxerga o Egito como ator de suma responsabilidade no acordo de cessar-fogo. Porém, em reportagem publicada dia 21 de novembro o semanário coloca que o cessar-fogo não representa uma solução duradoura ao conflito, posto que os termos do acordo não pareciam terem sido bem delineados.

> O documento, disponibilizado na íntegra pelo governo do Egito, estipula a ‘abertura dos postos de fronteira, facilitação da movimentação de pessoas e transferência de produtos'. Logo após o anúncio de trégua, autoridades palestinas comemoraram o ‘fim do bloqueio a Gaza’, enquanto fontes israelenses sublinharam que Israel não encerraria com o bloqueio, uma demonstração do descompasso entre as duas partes. Segundo o jornal israelense Yedioth Ahronoth, a trégua deve durar 72 horas, período em que novas negociações seriam realizadas para chegar a um acordo a longo prazo. (Veja, “Cessar-fogo está longe de garantir trégua de longo prazo”, 21 de novembro de 2012.)

No quadro abaixo será possível visualizar as nuances presentes nas narrativas de cada semanário sobre o cessar-fogo ocorrido entre palestinos e israelenses.

Principal responsável pelo cessar-fogo.	Egito por intermédio de Mohammed Morsi.	Época, IstoÉ, Veja
	Estados Unidos por intermédio de Barack Obama.	CartaCapital
Qual das partes se beneficiou com o cessar-fogo.	Hamas.	CartaCapital
	Ambas as partes.	Época
	Não haverá benefícios em longo prazo.	Veja
	Não se pronunciou.	IstoÉ

Figura 4 - Quadro comparativo indicando as causas do cessar-fogo

Fonte: elaboração própria com base nas notícias dos semanários.

É exposto no quadro que a Época, a IstoÉ e a Veja noticiam o Egito como principal responsável pela implementação do cessar-fogo, enquanto a CartaCapital, coloca os Estados Unidos como ator primordial para a instituição da trégua, explicitando que o país influenciou Israel de maneira decisiva para o aceite do cessar-fogo. Sobre quem teria se beneficiado com o cessar-fogo, o semanário CartaCapital noticiou que o Hamas se beneficiaria por alcançar maior legitimidade dentro da Palestina e por conseguir dizimar o bloqueio israelense na Faixa de Gaza. A Época publicou que o cessar-fogo seria benéfico para ambas as partes do conflito, ao passo que a Veja alegou que não haverá maiores avanços em longo prazo, tendo em vista que os pontos colocados como definidores do acordo de cessar-fogo não ficaram estritamente definidos entre as partes.

4.5 Analisando os semanários a partir de um viés teórico

Como abordado no capítulo teórico deste trabalho, a ideologia é um fenômeno intrinsicamente relacionado à noção de discurso e, como supracitado, o discurso, segundo a corrente teórica pós-estruturalista, está constantemente tentando abarcar plenamente os sentidos, instituindo, deste modo, verdades universais. A ideologia, neste âmbito, cumpre o papel de “mascarar” a impossibilidade de instauração de uma verdade final, por este motivo ela encontra-se inerente a todos os discursos. (LACLAU & MOUFFE, 1985)

Posto isso, corriqueiramente se ouve que um semanário é permeado de ideologia e, portanto, não é tão confiável quanto outro semanário que é comprometido com a veracidade dos fatos. Se analisarmos através do arcabouço teórico pós-estruturalista, todos os semanários estão prenhes de ideologia, pois propagam suas notícias como se elas transmitissem a verdade, ou melhor, a única verdade possível. Contudo, sabe-se que a verdade não passa de um processo parcial e precário de construção de significados.

É possível perceber certo antagonismo nas narrativas dos semanários, por exemplo, quando a CartaCapital, IstoÉ e Época articulam-se para definir que o embate iniciou-se em 14 de novembro, com a morte de Ahmed Jabari, enquanto a Veja mostra o início da dissensão como anterior a isso, com a morte de soldados israelenses. São semanários construindo suas identidades a partir da negação uns dos outros. Excetuando este exemplo, o antagonismo entre os semanários não aparece de forma tão clarividente, o que vai de encontro com a ideia corrente de que certos hebdomadários como é o caso da CartaCapital e Veja, por exemplo, estão constantemente em antagonismo de sentidos. Percebe-se, em âmbito geral, maior consonância de posicionamentos dos semanários sobre os fenômenos abordados e o antagonismo aparece somente de forma contingente.

A partir do explanado até o momento, pode-se concluir que os semanários, principal objeto de estudo deste trabalho, são incansáveis na busca por instituir suas significações como se elas emanassem uma verdade transcendente, antagonizando as significações advindas de outros semanários. Contudo, tomando como base o viés pós-fundacional, não existe um fato que seja plenamente inteligível e, por consequência, não existem verdades totais, mas sim verdades precárias que são imprescindíveis para a constituição do social.

4.5.1 Considerações

O presente capítulo obedeceu a finalidade de expor uma análise discursiva dos principais semanários brasileiros acerca do conflito entre israelenses e palestinos ocorrido na Faixa de Gaza em meados de novembro de 2012. Na primeira seção, procurou-se abordar a maneira como os semanários debateram o preâmbulo do conflito. Este foi o *modus operandi* ao que tange as relações entre árabes e israelenses com outros países, também acerca do cessar-fogo, o que

gerou, ao final de cada seção, quadros comparativos que contrastam os principais sentidos emanados de cada semanário. E, finalmente, a última seção buscou apresentar a relação da teoria explanada no segundo capítulo do trabalho com a análise dos discursos dos semanários.

5 Considerações Finais

Esta monografia objetivou realizar uma análise dos discursos dos principais semanários brasileiros acerca da dissensão árabe-israelense ocorrida em meados de novembro de 2012, identificando os posicionamentos dos hebdomadários e de que maneira expressam suas verdades. Em outras palavras, a finalidade do trabalho foi expor a significação que os semanários atribuíram ao supracitado conflito israelo-palestino.

No primeiro capítulo deste trabalho, procurou-se esclarecer os fenômenos históricos centrais para o entendimento do que representa atualmente a dissensão árabe-israelense. Buscou-se abordar, em um primeiro momento, os aspectos que resultaram na formação do Estado de Israel, o que agravou a hostilidade entre os povos que já tinham uma relação de antagonismo desde 2.500 a.C.. Após isso, explanou-se acerca das principais guerras geradas em decorrência da formação do Estado de Israel, dentre elas a Guerra dos Seis Dias e a Guerra de Yom Kippur.

O capítulo teórico desta monografia primou por uma abordagem pós-estruturalista acerca dos conceitos entendidos como substanciais para a compreensão do conflito árabe-israelense e também das significações emanadas dos semanários brasileiros, objeto de estudo do trabalho. Deste modo, a concepção de conflito discutida prevê um âmbito autônomo do político, em que existe o reconhecimento de quem é amigo e quem é inimigo e com este a possibilidade extrema de guerrear tem de ser algo constante. É notável que na realidade israelo-palestina o conflito tornou-se elemento estrutural, não mais um momento de exceção, isso quer dizer que a dissensão é algo tão sedimentado que faz parte do cotidiano de árabes e israelenses.

Em outra seção do capítulo teórico buscou-se discutir os conceitos atinentes aos posicionamentos dos semanários, tais como: discurso, antagonismo, ideologia, etc. De acordo com a perspectiva pós-estruturalista, foi possível compreender que não existe um semanário que abarque a verdade total dos fenômenos e, por isso, esteja contido em um espectro “não-ideológico”. Sabe-se, a partir do explicitado até o momento, que todos os discursos estão permeados de ideologia, que representa a “ilusão” de imposição de uma verdade final, a qual é impossível, segundo a perspectiva teórica utilizada. O antagonismo aparece na relação entre os

semanários, mas não de forma tão delimitada, os semanários estão mais em consonância entre suas publicações do que em contrariedade de ideias.

A análise dos discursos dos semanários foi elaborada a partir da identificação das visões das revistas acerca dos fenômenos centrais ocorridos no conflito de novembro de 2012, são eles: início do embate; relações externas com outros países, sobretudo Estados Unidos; cessar-fogo. Diante disso, foram construídos quadros comparativos que captam o posicionamento ou isenção de cada semanário sobre os fenômenos.

A hipótese da pesquisa elucidou que cada semanário toma sua abordagem como uma verdade totalizante e que, além disso, os semanários CartaCapital, Época e IstoÉ posicionam-se em favor da Palestina, enquanto a Veja tem um posicionamento pró-Israel. Esta hipótese foi comprovada parcialmente no sentido de que é possível perceber que os semanários instituem suas significações como se elas fossem as únicas possíveis, como se fossem as únicas interpretações verdadeiras. E também foi refutada parcialmente, porque o posicionamento pró-Israel ou pró-Palestina mostrou-se como uma tipologia insuficiente para distinguir as posições dos semanários, porque, apesar de o primeiro quadro comparativo demonstrar que a CartaCapital e Época assumiram uma postura pró-Palestina, a Veja se posicionou preponderantemente pró-Israel e a IstoÉ pouco se pronunciou, esses posicionamentos não aparecem tão uniformemente nos demais quadros apresentados neste trabalho.

A título de conclusão, o trabalho aqui apresentado teve a pretensão de aclarar as significações fornecidas por parte dos hebdomadários brasileiros ao supracitado dissenso. Constatando suas posições e ideologias sobre um assunto que cinde opiniões no cenário acadêmico mundial.

REFERÊNCIAS

ARDITI, B. Sobre o "político": com Schmitt e apesar de Schmitt. **CRH** – BA, Bahia, vol.21, n.54, p. 423-438, 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/02.pdf> Acesso em: 29 de novembro de 2014.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. (Org.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso:** em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. p. 35-47.

CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os principais motivos que geraram os conflitos entre israelenses e árabes na Palestina (1897-1948).** 2002, 75 f. Dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DERRIDA, Jaques. **A escritura e a diferença.** São Paulo: Perspectiva, 2002. 252 p.

FERREIRA, B. Sujeito e ordem: romantismo e decisionismo no pensamento de Carl Schmitt. **Dados** – RJ, Rio de Janeiro, vol.45, n.4, p. 599-648, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582002000400003&lang=pt> Acesso em: 29 de novembro de 2014.

GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a Fundação de Israel.** 2001, 138 f., Dissertação, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GRESH, Alain. **Israel, Palestina:** verdades sobre um conflito. Porto: Campo das letras, 2002, 62 p.

JARDIM, D. Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania. **Horizontes Antropológicos** – Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 223-243, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-71832003000100010&script=sci_arttext> Acesso em: 29 de novembro de 2014.

LACLAU, Ernesto. La impossibilidad de la sociedad. In: _____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1993. p. 103 – 107.

._____ **Misticismo, retórica e política.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A., 2002. 128 p.

._____ **La razón populista.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A., 2005. 312 p.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy:** towards a radical democratic politics. Londres: Verso, 1985. 197 p.

MARCHART, Oliver. On the Absent Ground of the Social. In: _____. **Post-Foundational Political Thought:** political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edimburgo: Edinburgh University Press Ltd, 2007. p. 1-11.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia em geral, especialmente a alemã. In:_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1986. p. 23 – 53.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política** – PR, Curitiba, n. 25, p. 11 – 23, 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf> Acesso em: 29 de novembro de 2014.

REIS, F. A repercussão da Guerra do Yom Kippur para a evolução da doutrina militar terrestre e para o aperfeiçoamento da arte da guerra no exército brasileiro, particularmente ao que se refere ao emprego de blindados. **Universidade Federal de Juiz de Fora** – MG, Juiz de Fora. p. 1- 19, 2007. Disponível em < http://www.ecsbdefesa.com.br/arq/Art639.htm> Acesso em: 29 de novembro de 2014.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político.** Petrópolis: Vozes, 1992. 151 p.

SOARES, Jurandir. **Israel X Palestina: As Raízes do Ódio.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989. 94 p.

SOTO, William Héctor Gomez. Ideologia e sociologia. In: SPOLLE, M.; RODRIGUES, L. (Org.). **Sociologia:** conexões pertinentes. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012. p. 37 – 64.

STAVRAKAKIS, Yannis. The lacanian object. In: _____. **Lacan and the political.** Londres: Routledge, 1999. p. 40 – 70.